

Costa disse que governo pretende entregar 29 mil moradias este ano

PAC terá R\$ 1,7 trilhão em investimentos

Governo espera que novo programa gere 2,5 milhões de empregos diretos e 1,5 milhão de empregos indiretos, com as obras realizadas

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou em audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado na terça-feira, 30, que o governo prevê um total de R\$ 1,7 trilhão em investimentos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe das iniciativas do governo Lula em relação a obras. Ele ressaltou o apoio de Estados e municípios e do Congresso Nacional ao Novo PAC. "O Novo PAC não é apenas do Executivo, tem o apoio do Senado e da Câmara e participação

dos entes estaduais e municipais. O PAC não é apenas investimento de Orçamento Geral da União. É uma parceria de Estados e municípios, não só de recursos próprios, mas de financiamentos dados pelo governo federal para atender os pleitos de obras estruturantes." O ministro informou também que o governo pretende entregar, até o fim deste ano, 29 mil moradias pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Segundo ele, até o momento, 27,9 mil moradias já foram entregues, e o governo está na fase da retomada de obras que estavam paralisadas. **PÁGINA 2**

FOLHA

Wagner diz que será feito acordo na desoneração dos municípios

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse acreditar que o governo chegará a um acordo com Congresso, empresários e prefeitos sobre a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores e de municípios de até cerca de 150 mil habitantes. Wagner citou que o Ministério da Fazenda chegou a um meio-termo com o Congresso em relação ao Perse. **PÁGINA 3**

EQUIPARAÇÃO

Empresa que omitir dados sobre igualdade salarial será fiscalizada

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, na terça-feira (30), que as empresas que omitem dados sobre igualdade salarial terão "um olhar especializado" da área de fiscalização da pasta. "Se querem atenção, terão uma atenção", disse. Segundo o ministério, das cerca de 50 mil empresas que se enquadram na lei, menos de 300 receberam autorização para omitir os dados. **PÁGINA 8**

EMPREGO



A TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO BRASIL FICOU EM 7,9% NO TRIMESTRE ENCERRADO EM MARÇO. Em igual período de 2023, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 8,8%. O primeiro trimestre de 2024 mostrou estabilidade no número de vagas com carteira assinada no setor privado, que recebeu somente mais 11 mil pessoas em relação ao quarto trimestre de 2023. **PÁGINA 3**

RECUPERAÇÃO

Sistema bancário brasileiro mostra resiliência em todos cenários adversos

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) divulgado na terça-feira, 30, pelo Banco Central, identificou que a rentabilidade das instituições financeiras apresentou uma tímida recuperação no segundo semestre de 2023 e que o sistema bancário mostra resiliência quando confrontado em testes e análises em todos os cenários adversos. **PÁGINA 2**

LUCRO



A VOLKSWAGEN TEVE LUCRO APÓS IMPOSTOS DE 3,71 BILHÕES DE EUROS NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2024, O QUE REPRESENTA UMA QUEDA DE 21,6% ante os 4,73 bilhões de euros apurados em igual período do ano passado. O resultado superou a expectativa de analistas consultados pela FactSet, que previam lucro de 3,34 bilhões de euros entre janeiro e março. **PÁGINA B5**

ARMAMENTO



A EDGE GROUP ASSINOU A COMPRA DE 51% DA CONDOR. Com a aquisição, a Edge, pretende se tornar líder global no segmento de segurança e defesa e entrar em novos mercados. Criada em 2019, a companhia tem um plano agressivo de crescimento e internacionalização, na qual coloca o Brasil como essencial. A intenção da estatal árabe é transformar o Brasil em um polo de exportação de armamentos. **PÁGINA 7**

CAPACIDADE

Air France-KLM amplia prejuízo, mas surpreende em receita

A Air France-KLM teve prejuízo líquido de 522 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, ante prejuízo de 344 milhões de euros em igual período do ano passado. Já a receita da companhia aérea franco-holandesa somou 6,65 bilhões de euros no trimestre, uma alta de 5,1%. A expectativa de analistas consultados pela FactSet era de receita de 6,54 bilhões de euros. **PÁGINA 4**

INADIMPLÊNCIA

Lucro do Santander Brasil subiu 41% e chegou a R\$ 3,021 bilhões

O Santander Brasil registrou lucro de R\$ 3,021 bilhões no primeiro trimestre de 2024, uma alta de 41,2% no comparativo anual, enquanto na comparação com o quarto trimestre do ano passado, houve um crescimento de 37,1%. O presidente do banco, Mario Leão, afirma que a inadimplência no segmento de pessoas físicas está no menor patamar em dois anos. **PÁGINA 4**

GUERRA

Israel negocia cessar-fogo em Gaza

Israel está preparando uma delegação que será enviada ao Cairo para discutir o fim dos combates na Faixa de Gaza. A proposta é a última chance de adiar uma ofensiva planejada na cidade de Rafah para destruir unidades militares do Hamas. **PÁGINA 5**

IBOVESPA 125.924,19 ↓ -1,21%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
SANTANDER BRUNT EJ	28.90	+2.74%	+0.77
CEMIG PN EDB N1	9.77	+2.03%	+0.19
ELETRONAS PNB ED N1	41.56	+0.82%	+0.34
WEG ON NM	39.55	+0.48%	+0.19
ENGIE BRASILON NM	40.90	+0.57%	+0.23

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
MAGAZ LUIZA ON NM	1.36	-6.21%	-0.09
CASAS BAHIA ON NM	6.850	-6.16%	-0.450
BRASKEM PNA N1	21.28	-4.92%	-1.10
MULTIPLAN ON N2	22.89	-4.19%	-1.00
YDUQS PART ON ED NM	14.59	-4.95%	-0.76

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
MULTIPLAN ON N2	22.89	-4.19%	-1.00
PETROBRAS PN EDR N2	42.02	-0.31%	-0.13
ITAUNIBANCOPN N1	31.36	-1.88%	-0.60
B3 ON NM	10.79	-3.14%	-0.35
BRADESCO PN N1	14.00	-0.43%	-0.06

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	37.815,92	-1,49%
S&P 500	5.035,69	-1,57%
NASDAQ	15.657,82	-2,04%
DAX 30	17.932,17	-1,03%
FTSE 100	8.144,13	-0,036%
IBEX 35	10.854,40	-2,22%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,192	5,193	↑ 1,52%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,006	0,006	↑ 1,48%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,541	5,541	↑ 1,06%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,487	6,491	↑ 0,94%

OURO

BM&FBovespa/Grana	Comex NY/Onça
R\$ 384,08	2.288,85

RENTABILIDADE

Sistema bancário mostra resiliência em todos cenários adversos no país

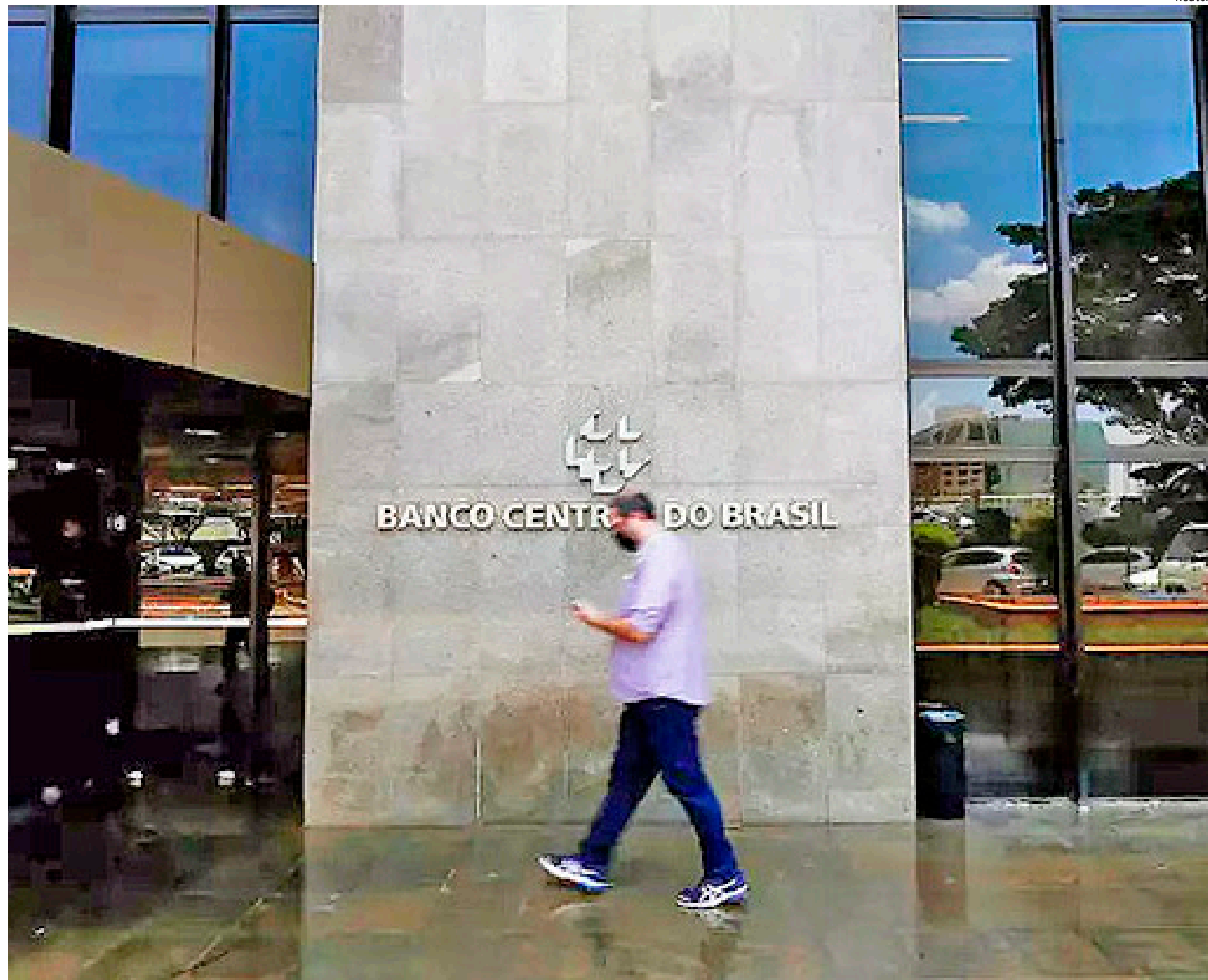
O aumento das despesas com provisões foi uma causa importante para o recuo da rentabilidade, mas elas estabilizaram-se e deverão estar menos pressionadas em 2024 em razão da melhor do crédito

O Relatório de Estabilidade Financeira (REF) divulgado na terça-feira, 30, pelo Banco Central, identificou que a rentabilidade das instituições financeiras apresentou uma tímida recuperação no segundo semestre de 2023 e que o sistema bancário mostra resiliência quando confrontado em testes e análises em todos os cenários adversos. "Após dois semestres em declínio, a rentabilidade do sistema bancário apresentou tímida recuperação, com perspectiva positiva para 2024", previu a autoridade monetária.

De acordo com o documento, o aumento das despesas com provisões foi uma causa importante para o recuo da rentabilidade nos semestres anteriores. Essas despesas, porém, estabilizaram-se no segundo semestre de 2023 e deverão estar menos pressionadas em 2024 em razão da melhor qualidade das concessões de crédito recentes, conforme o BC.

Além disso, o REF destacou que a queda da taxa Selic reduz as despesas com captações, ameniza o risco e estimula a demanda por crédito e outros serviços bancários. "A rentabilidade pode se beneficiar também do processo de desinflação, que diminui as pressões sobre os custos operacionais", observou.

O BC também diagnosticou que o sistema bancário elevou o colchão de liquidez, que permanece confortável para manter a estabilidade financeira. Esse aumento deve-se à combinação do crescimento estável das captações com o cenário de desaceleração do crescimento do crédito, segundo o REF. Além disso, o documento acrescentou que os títulos e valores mobiliários (TVMs) valorizaram-se em decor-



O Banco Central diagnosticou que o sistema bancário elevou o colchão de liquidez, que permanece confortável para manter a estabilidade financeira

rência da queda da taxa de juros. De acordo com a autoridade monetária, as alterações regulatórias recentes e o aumento do escopo de instituições deram mais robustez à análise de capital. As alterações regulatórias referem-se à nova regulação prudencial para os conglomerados integrados por instituições de pagamento (IPs), que tornou a exigência de capital mais adequada aos riscos incorridos; e

ao aprimoramento dos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco de crédito, que contribuiu para o aumento da margem de capital do sistema. "Além disso, o BC ampliou o rol de instituições abordadas na análise de capital para incluir outras instituições além das entidades bancárias." Para o Banco Central, a margem de capital regulatório não é restrição para a expansão da oferta

de crédito de forma sustentável. Os resultados de diversas análises de risco e dos testes de estresse de capital e de liquidez continuam demonstrando a resiliência do sistema bancário em todos os cenários adversos simulados. "Os resultados dos testes de estresse de capital permanecem indicando que não haveria desequilíbrios relevantes", pontuou a instituição.

As análises de sensibilidade também indicam boa resistência aos fatores de risco, simulados isoladamente, de acordo com o BC. O resultado dos testes de estresse de liquidez, por sua vez, demonstra a capacidade dos bancos para suportar eventuais perdas extremas com captações; saídas de caixa para honrar chamadas de margens e garantias e potenciais desvalorizações em ativos líquidos; sai-

das de depositantes e perdas de valor de mercado; e suportes de liquidez a fundos de investimento geridos pelas empresas ligadas a integrantes do sistema bancário.

No segundo semestre de 2023, ainda de acordo com o REF, os Sistemas do Mercado Financeiro contribuíram para o funcionamento seguro e eficiente dos mercados. "O sistema financeiro manteve liquidez intradia suficiente para garantir a fluidez das transações no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)", trouxe o documento, acrescentando que as liquidações do mercado interbancário deram-se sem nenhuma ocorrência significativa. O BC também enfatizou que as exposições de crédito e de liquidez foram adequadamente gerenciadas pela Contraparte Central (Central Counterparty - CCP) em todos os dias do período.

O Índice de Liquidez (IL) do Sistema Financeiro Nacional (SFN) passou de 2,4 em junho para 2,3 em dezembro do ano passado. Esse indicador é usado para avaliar a capacidade de pagamento de instituições financeiras em relação a suas obrigações. Ele representa a relação entre os ativos mais líquidos do sistema bancário e a honra de seus compromissos em um prazo de 30 dias. Quanto maior o número, mais confortável é a situação de liquidez dos bancos.

Já o Índice de Liquidez Estrutural (ILE), que era de 1,2 de junho de 2023, seguiu em 1,2 em dezembro do mesmo ano, considerando a mediana. O desejável é ter um índice perto ou acima de 1, já que esse termômetro serve para verificar quanto as instituições possuem de recursos estáveis em seus passivos para fazer frente a um ativo de mais longo prazo - seja ele crédito, investimento ou participação societária, entre outros.

SELIC ESTÁVEL

Mercado mantém inflação em 3,73% este ano

A mediana das estimativas do mercado para o IPCA de 2024 ficou estável, em 3,73%, segundo o relatório Focus divulgado na terça-feira, 30, pelo Banco Central (BC). Um mês antes, a estimativa era de 3,75%. A projeção para 2025, foco da política monetária, também ficou inalterada, em 3,60%.

Considerando as 56 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para a inflação de 2024 caiu de 3,73% para 3,70%. A estimativa intermediária para 2025 se manteve em 3,64%, levando em conta apenas 54 atualizações no período.

A mediana para o IPCA de 2026 continuou em 3,50% pela

43ª semana consecutiva, mantendo o quadro de ancoragem apenas parcial das expectativas descrito pelo Banco Central. A estimativa intermediária para 2027 também continuou em 3,50% pela 43ª leitura seguida.

As projeções do mercado para a inflação de todos os anos continuam acima do centro da meta, de 3%, e abaixo do teto, de 4,5%. No ano passado, o IPCA atingiu 4,62% - contra um centro da meta de 3,25% e um teto de 4,75%, evitando o estouro do alvo.

O Comitê de Política Monetária (Copom) divulgou em março que espera alta de 3,5% para o IPCA em 2024, a mesma projeção das reuniões anterio-

res, de dezembro e janeiro. Em 2025, o Banco Central espera inflação de 3,2%.

A mediana do mercado para a taxa Selic no fim de 2024 ficou estável, em 9,5%. Um mês atrás, antes da mudança das metas fiscais e da avaliação de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) cortará menos os juros este ano, a estimativa era de 9%.

Levando em conta apenas as 49 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a mediana para Selic no fim de 2024 caiu de 9,75% para 9,50%.

O Comitê de Política Monetária (Copom) diminuiu a taxa básica de juros em 0,5 ponto porcentual pela sexta vez

consecutiva em março, para 10,75%. O colegiado indicou mais um corte dessa magnitude na reunião seguinte, mas declarações recentes do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, colocaram em dúvida essa perspectiva.

Em eventos públicos, Campos Neto tem repetido que o "forward guidance" do Copom depende de o cenário econômico evoluir conforme se esperava. Por isso, se a incerteza continuar mais elevada, o BC pode se ver forçado a diminuir o ritmo de redução. Parte do mercado já espera um corte menor, de 0,25 ponto, na semana que vem.

A mediana para a taxa Selic

no fim de 2025 continuou estável em 9%, 0,5 ponto porcentual acima do nível de um mês atrás, de 8,5%. Considerando as 45 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa também se manteve em 9%.

A mediana do relatório Focus para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2024 continuou em 2,02%. Com isso, interrompeu uma sequência de 10 semanas de elevação. Considerando apenas as 29 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, passou de 2,02% para 2,05%.

A expectativa intermediária para 2025 ficou em 2% pela 20ª semana seguida. Levando em

conta apenas as 28 projeções atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a taxa também foi mantida em 2%.

A mediana do mercado para o crescimento do PIB de 2026 ficou inalterada pela 38ª semana seguida, também em 2%. Para 2027, a estimativa intermediária continuou em 2% pela 40ª semana consecutiva.

O Ministério da Fazenda prevê alta de 2,2% para o PIB brasileiro em 2024. O Banco Central estima 1,9%, conforme o Relatório Trimestral de Inflação (RTI) de março, mas o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, tem dito que considera difícil imaginar um crescimento menor do que 2% este ano.

Diário DC Comercial

Propriedade de Editora Diário Comercial Ltda

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTASDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.br

REDAÇÃO: Vinicius Palermo - vipalermo@diariocomercial.com.br

DIAGRAMAÇÃO: André Mazza e Ricardo Gomes • paginacao@diariocomercial.com.br

PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo e Jerônimo Júnior • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcsp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara

IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossa edição digital:

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comerciaisp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

INFORMALIDADE CAI

Taxa de desocupação ficou em 7,9% no trimestre encerrado em março

A população trabalhando sem carteira assinada no setor privado totalizou 13,4 milhões, 139 mil a menos que no trimestre anterior, o que representou uma queda de 1% no período analisado

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 7,9% no trimestre encerrado em março, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados na manhã de terça-feira, 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em igual período de 2023, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 8,8%. No trimestre encerrado em fevereiro de 2024, a taxa de desocupação estava em 7,8%.

A renda média real do trabalhador foi de R\$ 3.123 no trimestre encerrado em março. O resultado representa alta de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 308,3 bilhões no trimestre até março, alta de 6,6% ante igual período do ano anterior.

Faltou trabalho para 20,7 milhões de pessoas no Brasil no trimestre terminado em março, das quais 8,6 milhões estavam sem nenhum trabalho. A taxa composta de subutilização da força de trabalho passou de 17,3% no trimestre de outubro a dezembro de 2023 para 17,9% no trimestre até março. Esse indicador inclui a taxa de desocupação, a taxa de subocupação por insuficiência de horas e a taxa da força de trabalho potencial, ou seja, relativa a pessoas que não estão em busca de emprego, mas que estariam disponíveis para trabalhar.

No trimestre até março de 2023, a taxa de subutilização da força de trabalho estava em 18,9%. Ainda segundo o IBGE, a população subutilizada (20,7



O Brasil perdeu 782 mil vagas no mercado de trabalho no trimestre até março, o primeiro de 2024, ante o último trimestre de 2023. Trata-se de uma queda de 0,8% na ocupação

milhões) cresceu 3,9% ante o quarto trimestre de 2023. Em relação ao trimestre até março de 2023, esse indicador assistiu a um recuo de 4%. Àquela época, um ano antes, havia 21,57 milhões de pessoas nessa situação.

O primeiro trimestre de 2024 mostrou estabilidade no número de vagas com carteira assinada no setor privado, que recebeu somente mais 11 mil pessoas em relação ao quarto trimestre de 2023.

Em um ano, na comparação com o trimestre encerrado em março de 2023, 1,3 milhão

de vagas com carteira assinada foram criadas no setor privado (+3,5%). A população trabalhando sem carteira assinada no setor privado totalizou 13,4 milhões, 139 mil a menos que no trimestre anterior, o que representa queda de 1% no período. Em relação ao trimestre até março de 2023, foram abertas 581 mil vagas sem carteira no setor privado (+4,5%).

O trabalho por conta própria ficou estável ante o trimestre anterior, com 25,4 milhões nessa condição, uma queda de 209 mil pessoas (-0,8%). Com relação há um ano antes, o resultado signi-

fica 208 mil pessoas a mais atuando nessa condição em relação a um ano antes (+0,8%).

No trimestre até março, a taxa de informalidade ficou em 38,9% da população ocupada, o que representa 38,9 milhões de trabalhadores informais, uma queda ante as taxas de 39,1% do trimestre anterior e de 39,0% no mesmo trimestre de 2023.

O Brasil perdeu 782 mil vagas no mercado de trabalho no trimestre até março, o primeiro de 2024, ante o último trimestre de 2023. Trata-se de uma queda de 0,8% na ocupação ante o trimestre anterior. Com isso, a popu-

lação ocupada somou 100,2 milhões de pessoas no trimestre encerrado em março.

Em um ano, a alta foi de 2,4% e mais 2,37 milhões de pessoas encontraram uma ocupação desde então.

Já a população desocupada aumentou 6,7% (542 mil pessoas a mais) em um trimestre, totalizando 8,6 milhões de desempregados no trimestre até março. Em um ano houve redução de 8,6% nesse grupo e 808 mil pessoas deixaram o desemprego desde então.

A população inativa ou fora da força de trabalho somou

66,9 milhões de pessoas no trimestre encerrado em março, 607 mil a mais do que no trimestre móvel anterior (+0,9%). Na comparação com um ano atrás, informou o IBGE, houve uma baixa de 0,1%.

O nível da ocupação - percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar - ficou em 57% no trimestre até março, 0,6 ponto percentual abaixo do registrado no trimestre encerrado em dezembro de 2023, e 0,9 ponto percentual acima do nível registrado um ano antes, no trimestre até março de 2023.

NEGOCIAÇÃO

Wagner admite que será feito acordo na desoneração dos setores e dos municípios

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), disse acreditar que o governo chegará a um acordo com Congresso, empresários e prefeitos sobre a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores e de municípios de até cerca de 150 mil habitantes. Wagner disse ser "óbvio" que o governo chegará a um acordo sobre esses assuntos e citou ainda que o Ministério da Fazenda chegou a um meio-termo com o Congresso em relação ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), considerado por ele o "patinho feio" da Medida Provisória 1.202/2023, que tratava também sobre a desoneração.

"O Perse, que era muito mais mal visto que os outros dois itens desoneração dos setores e dos municípios, acabou se chegando a um acordo. Se se chegou a um acordo sobre o Perse, que era o patinho feio, por que não vai chegar a um acordo sobre a desoneração?", considerou o líder, em entrevista a jornalistas na terça-feira, 30.

Na Câmara, o PL do Perse foi aprovado dentro do acerto feito com o governo. No Senado, no entanto, a proposta pode ser alterada, criando um custo fiscal extra, caso seja aprovada a sugestão de correção do valor total do programa de



Wagner: "o Perse, que era muito mais mal visto que os outros dois itens: desoneração dos setores e dos municípios, acabou se chegando a um acordo"

R\$ 15 bilhões pela inflação, o que seria um revés para os planos de equilíbrio fiscal do ministro Fernando Haddad. Na Casa Alta, portanto, o governo precisaria refazer o acordo em torno

da medida.

"Óbvio que vai ser feito acordo na desoneração, na questão dos municípios. A Fazenda e o governo devem estar intimando os municípios

e deve estar fazendo proposta antes da Marcha dos Municípios", disse Wagner.

A Marcha dos Municípios, evento promovido pela Confederação Nacional dos Municí-

pios (CNM), está marcada para ocorrer de 20 a 23 de maio em Brasília.

O líder do governo no Senado disse ainda que conversou com o presidente do

Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na segunda-feira sobre o entrevisto entre o chefe do Legislativo e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao longo do fim de semana. Segundo Wagner, Pacheco "ressentiu-se" sobre alguns dos últimos episódios envolvendo o Congresso Nacional e o governo federal nos últimos dias.

"Estive com Pacheco e conversamos longamente. Ficamos conversando por mais de uma hora e meia. Evidentemente, que ele se ressentiu de algumas movimentações que foram feitas. Mas todo mundo aqui tem maturidade para saber que isso não vai ficar perdurando. É mais importante tocar a vida", afirmou Wagner.

No fim de semana, uma entrevista de Haddad em que ele cobra do Congresso responsabilidade fiscal causou rebulição no Legislativo. Pacheco reagiu no mesmo dia, dizendo que "uma coisa é ter responsabilidade fiscal, outra bem diferente é exigir do Parlamento adesão integral ao que pensa o Executivo sobre o desenvolvimento do Brasil".

Antes disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) e conseguiu suspender, provisoriamente, a desoneração da folha de pagamentos dos 17 setores e da contribuição previdenciária dos municípios.

Questionado se o momento para judicializar a proposta foi propício, o líder do governo no Senado afirmou que o problema foi uma "questão de comunicação". "Não é que o momento não foi bom. É uma questão de comunicação", disse.

CUSTO ALTO**RETOMADA**

A Air France-KLM recebeu 20,9 milhões de passageiros, 6,2% acima do ano anterior. Como a capacidade aumentou 4,5% e o tráfego cresceu 5,0%, a taxa de ocupação foi ligeiramente maior

Lucro do Santander Brasil avançou 41% e chegou a R\$ 3,021 bilhões

O Santander Brasil registrou lucro líquido recorrente de R\$ 3,021 bilhões no primeiro trimestre de 2024, uma alta de 41,2% no comparativo anual, enquanto na comparação com o quarto trimestre do ano passado, houve um crescimento de 37,1%.

Segundo o banco, o salto nos resultados é fruto da estratégia apresentada ao longo do ano passado e mostra uma retomada do crescimento, bem como uma melhoria no custo de crédito. O Santander afirma ainda que tem avançado na diversificação da carteira.

O presidente do banco, Mario Leão, afirma que a inadimplência no segmento de pessoas físicas está no menor patamar em dois anos. "Na qualidade da nossa carteira, a PDD provisória se manteve estável no trimestre, que somada à expansão da carteira, resultou em uma queda no custo de crédito, o que reforça uma trajetória positiva para 2024", diz ele em mensagem que acompanha o balanço.

A carteira de crédito do banco somava R\$ 654,020 bilhões no final do primeiro trimestre, um crescimento de 8,1% no intervalo de um ano puxada pelo segmento de pessoas físicas (+7,9%) e pelos títulos privados (+15,7%) e por avais e fianças (+30,2%).

Em março, o banco tinha R\$ 1,169 trilhão em ativos, alta de 11,5% em um ano. Em um trimestre, a variação foi positiva em 1,4%. O patrimônio líquido, por sua vez, aumentou 5,2% em um ano, para R\$ 87,029 bilhões. O retorno sobre o patrimônio líquido do Santander avançou 3,5 pontos percentuais em um ano, para 14,1%.

O resultado operacional do banco, antes de impostos, foi de R\$ 3,516 bilhões, alta de 93,8% em um ano. O aumento das receitas e o recuo das despesas com provisões explicam o crescimento.

A margem financeira bruta do banco, que reflete os ganhos com operações que rendem juros, foi de R\$ 14,790 bilhões, alta de 14,5% em um ano. Nas margens com clientes, o resultado foi de R\$ 14,457 bilhões, crescimento de 3,2% no comparativo anual. Nesta linha, estão contabilizados os resultados com operações de crédito.

Na tesouraria, o Santander teve ganho de R\$ 333 milhões, revertendo a perda de R\$ 1,088 bilhão vista um ano antes.

Air France-KLM amplia prejuízo para € 522 milhões no trimestre

A capacidade no primeiro trimestre aumentou 4,5% em relação ao ano passado, com taxa de ocupação de 86% e a receita da companhia somou 6,65 bilhões de euros

Air France-KLM divulgou na terça-feira, 30, que teve prejuízo líquido de 522 milhões de euros no primeiro trimestre de 2024, ante prejuízo de 344 milhões de euros em igual período do ano passado.

Já a receita da companhia aérea franco-holandesa somou 6,65 bilhões de euros no trimestre, uma alta de 5,1% em relação a um ano antes. A expectativa de analistas consultados pela FactSet era de receita de 6,54 bilhões de euros.

O resultado operacional, uma métrica acompanhada de perto por analistas e inves-

tidores, mostrou prejuízo de 489 milhões de euros nos primeiros três meses deste ano, ante prejuízo de 306 milhões de euros do primeiro trimestre de 2023.

Segundo o balanço da empresa, a capacidade no primeiro trimestre aumentou 4,5% em relação ao ano passado, com taxa de ocupação de 86%.

Benjamin Smith, CEO do grupo, disse que, apesar de um início de ano desafiador, com tensões geopolíticas persistentes, a Air France-KLM registrou mais crescimento de receita neste trimestre, capitalizando um cenário de viagens estruturalmente robusto. No entanto, como previsto, o resul-

tado operacional foi impactado pelos custos de interrupção e um negócio de carga mais lento.

"Mesmo assim, continuamos confiantes em nossa capacidade de atingir a perspectiva de custos e estamos focados na execução de nosso roteiro estratégico para entregar nosso desempenho de médio prazo. Nosso roteiro de sustentabilidade também está no caminho certo, com a continuação da próxima geração de entregas de aeronaves e iniciativas de fornecimento de SAF. Por último, estamos a preparar-nos ativamente para um futuro promissor na temporada de verão e, em Paris, com o tão aguardado Jogos Olímpicos e Para-

olímpicos. Uma única oportunidade para a Air France mostrar sua experiência e excelência no atendimento ao cliente".

No primeiro trimestre de 2024, a Air France-KLM recebeu 20,9 milhões de passageiros, 6,2% acima do ano anterior. Como a capacidade aumentou 4,5% e o tráfego cresceu 5,0%, a taxa de ocupação foi ligeiramente maior, de 0,4 ponto em relação ao ano passado.

A receita unitária de passageiros do Grupo por ASK aumentou 2,1% em moeda constante em comparação com o último ano. Este aumento foi impulsionado por uma alta no rendimento em todas as áreas, exceto na Ásia e Médio Oriente,

onde a capacidade cresceu 32%, enquanto o rendimento de curto e médio curso também aumentou.

O resultado operacional ficou 183 milhões de euros abaixo do ano passado, situando-se em -489 milhões de euros e foi impactado

por um aumento do custo unitário (243 milhões de euros) e diminuição das receitas unitárias de carga (157 milhões de euros), embora parcialmente compensado por um preço mais baixo do combustível de aviação, incluindo o custo do RCLÉ (144 milhões de euros) e receitas unitárias de passageiros mais elevadas (124 milhões de euros).

PLANEJAMENTO FAMILIAR

por **Fernanda Valadares**



Especialista em inventário extrajudicial, pós-graduada em Direito Privado e pós-graduada em Planejamento Patrimonial e Sucessório pela FGV/SP. Advogada de empresa pública e sócia do escritório Valadares e Fueta Advogados

PARTILHA EM VIDA COMO ESTRATÉGIA DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

QUANDO FALAMOS EM partilha em vida da herança, estamos abordando um tema complexo que levanta debates e questionamentos. Afinal, como podemos falar em partilha de bens enquanto o proprietário ainda está vivo? Não há herança a ser compartilhada enquanto não ocorre o falecimento, e isso gera uma contradição aparente.

NO ENTANTO, MESMO QUE não haja falecimento, o termo "partilha da herança em vida" tem sido utilizado para descrever uma prática comum: a doação do patrimônio como uma forma de planejamento sucessório. Mas como isso é possível? A resposta não é tão simples quanto parece, pois a lei estabelece desafios e condições para essa prática.

BASICAMENTE, A PARTILHA em vida da herança nada mais é do que o ato de o proprietário doar seu patrimônio enquanto está vivo. Mas será que isso é permitido? De acordo com o artigo 548 do Código Civil de 2002, a doação de todos os bens sem reservar uma parte ou uma renda suficiente para a sobrevivência do doador é considerada nula. Além disso, o artigo seguinte estabelece que o doador só pode dispor daquilo que poderia dispor em um testamento, ou seja, até 50% do seu patrimônio,

chamada parte disponível.

SE OLHARMOS APENAS esses artigos, parece que a partilha em vida da herança para planejamento patrimonial é inviável, já que sempre restariam bens a serem partilhados após o falecimento. O artigo 2.108 do Código Civil confirma que é válida a partilha feita por ascendentes, desde que não prejudique os herdeiros necessários.

MAS SURGE A QUESTÃO: podem os ascendentes doar toda a sua herança para os herdeiros necessários? Vimos que a doação não pode prejudicar os direitos dos herdeiros necessários, mas e quando a doação é feita para eles? O que ocorre e qual o procedimento?

AQUI COMEÇAMOS A TRATAR da partilha em vida da herança como estratégia de planejamento sucessório, quando a doação é feita para os herdeiros necessários. Não há proibição legal para que essa doação ocorra na sua totalidade, desde que todos os herdeiros sejam contemplados de forma igualitária. Se não for igualitária, o artigo 544 determina que a herança recebida será considerada antecipação de herança e o herdeiro deverá levar isso em conta no inventário.

POR QUE AS PESSOAS ESTÃO recorrendo cada vez mais à doação para os filhos como forma de antecipação da herança? Isso se deve ao fato de que, quando o autor da herança falece, os herdeiros precisam passar por um processo judicial ou extrajudicial de inventário, que pode ser demorado e custoso. Além disso, muitas vezes há desgastes emocionais e discussões entre os herdeiros. O processo também é oneroso e exige estabilidade financeira para quitar o ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) e receber o patrimônio herdado.

MUITOS PAIS, CIENTES DISSO, optam por antecipar a herança e fazer a doação para os filhos de todo o patrimônio. No entanto, isso não significa ausência de custos. O imposto envolvido é o mesmo do inventário, mas na doação, a base de cálculo é o valor do bem no presente, enquanto no inventário é o valor do bem no momento do falecimento, geralmente valorizado em relação ao presente.

ATUALMENTE, O ITCMD VARIA de 2% a 8% do valor do bem a ser doado, mas há um projeto de lei para que esse imposto chegue a até 30% do valor do patrimônio. Por isso, muitas famílias estão recorrendo ao pla-

nejamento patrimonial e sucessório como forma de economia tributária.

NO ENTANTO, O PROPRIETÁRIO do patrimônio perde a administração sobre seus bens ao fazer uma doação em vida. Mesmo que seja estabelecido o usufruto dos rendimentos, ele deixa de ser o dono do patrimônio, o que pode gerar insegurança sobre o que os herdeiros farão com o bem recebido antecipadamente. Por isso, muitos recorrem a holdings familiares para manter a administração dos bens doados.

ALÉM DISSO, HÁ O RISCO DE os descendentes falecerem antes do doador. Apesar de não ser o cenário natural, pode acontecer. Nesse caso, é importante que o doador estabeleça uma cláusula de reversão para garantir que os bens retornem ao seu patrimônio em caso de falecimento prematuro do herdeiro.

EM RESUMO, A PARTILHA EM vida da herança como estratégia de planejamento sucessório é uma opção viável, mas requer cautela e orientação especializada. Apesar de trazer benefícios como economia tributária e simplificação do processo de transferência de patrimônio, é essencial estar ciente dos riscos e das obrigações legais envolvidas.

PAZ

Israel envia delegação ao Cairo para negociar o cessar-fogo

Netanyahu afirmou, no entanto, que Israel pretende destruir os batalhões do Hamas em Rafah com ou sem um acordo, repetindo comentários que fez na última semana

Israel está preparando uma delegação que será enviada ao Cairo nos próximos dias para discutir o fim dos combates na Faixa de Gaza, disseram autoridades israelenses e egípcias na terça-feira.

David Barnea, o chefe da agência de inteligência Mossad, está considerando uma viagem à capital egípcia nesta semana, depois que mediadores árabes apresentaram ao Hamas, no fim de semana, um acordo para libertar reféns mantidos pelo grupo em troca de uma pausa nos combates, disseram autoridades egípcias. Uma autoridade israelense disse na terça-feira que Israel poderia enviar uma delegação, dependendo dos desdobramentos das negociações.

Israel disse que a proposta é a última chance de adiar uma ofensiva planejada na cidade de Rafah, no sul de Gaza, que suas autoridades esperam que destrua as unidades militares restantes do Hamas. Uma autoridade israelense disse que os preparativos para uma ofensiva em Rafah continuam.

Mas o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, afirmou que Israel pretende destruir os batalhões do Hamas em Rafah "com ou sem um acordo", repetindo comentários que fez nas últimas semanas. "A ideia de que paráramos a guerra antes de atingir todos os seus objetivos está fora de questão", disse ele às famílias dos reféns mantidos em Gaza.

Mediadores árabes pressionam o grupo militante Hamas a aceitar os termos do cessar-fogo antes de uma operação militar iminente em Rafah. Autoridades da Casa Branca dos EUA também reforçaram que o grupo deve aceitar a proposta e que estão trabalhando para conseguir um acordo pragmático entre ambas as partes. "Não vamos desistir de levar os reféns para casa e de colocar um cessar-fogo em vigor", disse o porta-voz do



David Barnea está considerando uma viagem à capital egípcia nesta semana, depois que mediadores árabes apresentaram ao Hamas, um acordo para libertar reféns

Conselho de Segurança Nacional dos EUA, John Kirby.

Dezenas de estudantes que se manifestam pró-palestinos tomaram um prédio da Universidade de Columbia, em Nova York, na madrugada de terça-feira, 30, barricando as entradas e estendendo uma bandeira palestina em uma janela, na mais recente escalada de manifestações contra a guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas, que se espalhou pelos campos universitários de todo o país.

Os estudantes protestam contra as baixas civis na guerra. Alguns deles, no entanto, entoam cânticos antissemitas e hostilizam alunos e professores judeus.

Imagens de vídeo mostraram manifestantes no campus de Manhattan da Universidade de Columbia se armando em frente ao Hamilton Hall na terça-feira cedo e carregando móveis e barricadas de metal para o prédio, um dos vários que foram ocupa-

dos durante um protesto pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã em 1968. As publicações em uma página do Instagram dos organizadores do protesto, pouco depois da meia-noite, pediam que as pessoas protegessem o acampamento e se juntassem a eles no Hamilton Hall.

A estação de rádio estudantil, WKCR-FM, transmitiu a tomada do salão - que ocorreu quase 12 horas após o prazo final de segunda-feira, às 14h, para que os manifestantes deixassem o acampamento de cerca de 120 barracas ou fossem suspensos. Os representantes da universidade não responderam imediatamente aos e-mails solicitando comentários na terça-feira, mas pediram que os membros da comunidade universitária que puderem evitar ir ao campus de Morningside na terça-feira devem fazê-lo, acrescentando que o pessoal essencial deve se apresentar ao trabalho.

Universidades de todos os Estados Unidos estão lutando para esvaziar protestos pró-palestinos à medida que as cerimônias de início de ano se aproximam, com algumas continuando as negociações e outras recorrendo à força e a ultimatos que resultaram em confrontos com a polícia. Dezenas de pessoas foram presas na segunda-feira durante protestos em universidades no Texas, Utah e Virgínia, enquanto a Columbia disse horas antes da tomada do Hamilton Hall que havia começado a suspender os alunos.

Na Universidade do Texas em Austin, um advogado disse que pelo menos 40 manifestantes foram presos na segunda-feira. O confronto foi uma escalada no campus de 53 mil alunos na capital do Estado, onde mais de 50 manifestantes foram presos na semana passada.

Mais tarde, na segunda-feira, dezenas de policiais com equipamento antimotim na Univer-

sidade de Utah tentaram acabar com um acampamento do lado de fora do escritório do reitor da universidade, que foi montado à tarde. A polícia arrastou os estudantes pelas mãos e pelos pés, quebrando os postes que sustentavam as barracas e amarrando com zíperes aqueles que se recusaram a se dispersar. Dezesseis pessoas foram presas. A universidade diz que é contra o código de acampar durante a noite na propriedade da escola e que os alunos receberam vários avisos para se dispersarem antes de a polícia ser chamada.

A situação dos alunos que foram presos se tornou uma parte central dos protestos, com os alunos e um número crescente de professores exigindo anistia para os manifestantes. A questão é se as suspensões e os registros legais acompanharão os alunos em sua vida adulta. Mais de 800 pessoas já foram detidas.

JUROS

Bolsas da Europa fecham em baixa, a espera dos BCs

As bolsas da Europa fecharam em baixa na terça-feira, 30, em uma sessão com cautela por conta da perspectiva para a postura dos principais bancos centrais. Indicadores no continente e nos Estados Unidos foram divulgados pela manhã, em uma semana que conta com a decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). Além disso, uma série de balanços relevantes foi apresentada ao público. O índice pan-europeu Stoxx 600 fechou em baixa de 0,65%, a 505,03 pontos.

A manutenção de juros pelo Fed até setembro é a mais provável (51,6%) no monitoramento do CME Group, com a chance de corte de juros em 48,4%. Na segunda-feira, um corte era visto como mais provável. O movimento ocorre depois de nesta manhã o índice de custo do emprego avançar 1,2% no primeiro trimestre, acima da previsão de alta de 0,9% dos analistas ouvidos pela FactSet.

Já a taxa anual de inflação ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) da zona do euro ficou inalterada em abril ante março, em 2,4%, enquanto seu núcleo desacelerou para 2,7% neste mês, teoricamente abrindo o caminho para o Banco Central Europeu (BCE) anunciar seu primeiro corte de juros na reunião de junho.

Já o PIB da zona do euro cresceu 0,3% no primeiro trimestre de 2024, mais do que se previa, recuperando-se da contração de 0,1% do trimestre anterior. Na Alemanha, assim como na Itália e na Espanha, os números do PIB vieram acima das projeções.

Platow Robert Holzmann, integrante do BCE, defendeu na terça uma pausa no corte da taxa de juros da zona do euro após a possível redução de junho. Ele vê argumentos para abrandar a política monetária devido ao fraco dinamismo econômico no bloco, mas também menciona riscos geopolíticos que podem afetar a inflação.

Da temporada de balanços da Europa, o destaque foi os gigantes bancários Santander e HSBC. O banco espanhol ampliou lucro no primeiro trimestre, mas ficou aquém do esperado e sua ação caiu 3,74% em Madri, onde o Ibex 35 recuou 2,22%, a 10.854,40 pontos.

No setor automotivo, a alemã Volkswagen teve queda no lucro após impostos e a Stellantis decepcionou em receitas. As ações das montadoras registraram perdas respectivas de 4,12% e 10,10% em Frankfurt, onde o DAX caiu 1,03%, a 17.932,17 pontos, e Milão, cidade na qual o FTSE MIB recuou 1,60%, a 33.746,66 pontos. Em Paris, o CAC 40 teve queda de 0,99%, a 7.984,93 pontos. Já o PSI 20 baixou 0,97%, a 6.615,56 pontos, em Lisboa.

As bolsas asiáticas fecharam sem direção única na terça-feira, enquanto investidores digeriram números conflitantes da manufatura chinesa. Na China continental, o dia foi de perdas: o índice Xangai Composto caiu 0,26%, a 3.104,82 pontos, e o menos abrangente Shenzhen Composto recuou 0,70%, a 1.756,08 pontos.

Pesquisa oficial mostrou que o PMI industrial chinês perdeu fôlego ao cair para 50,4 em abril, ante 50,8 em março, ainda sugerindo crescimento, mas se aproximando da marca de 50 que indica estagnação. Por outro lado, levantamento da S&P Global/Caixaín Media estimou que o PMI da indústria da China avançou de 51,1 para 51,4 no mesmo período, atingindo o maior nível desde fevereiro de 2023. As sondagens oficial e da S&P Global usam amostragens diferentes.

O Taiex ficou igualmente no vermelho em Taiwan, com baixa de 0,48%, a 20.396,60 pontos.

CHATGPT

Oito jornais processam OpenAI e Microsoft

Oito jornais americanos, incluindo o Chicago Tribune, estão processando a OpenAI e a Microsoft por violação de direitos autorais, conforme ação judicial protocolada na terça-feira, 30, no Distrito Sul de Nova York. Os jornais são pertencentes à empresa de investimentos Alden Global Capital. De acordo com fontes ouvidas pelo site Axios, a Alden cogita envolver seus mais de 60 jornais regionais na ação.

A ação se soma a um caso semelhante movido pelo jornal americano The New York Times contra ambas as empresas. Até então, o Times era o único grande jornal a tomar medidas legais contra empresas de IA por violação de direitos autorais. A nova ação da Alden Global Capital é representada pela mesma empresa de advocacia que representa o Times e foi protocolada no mesmo distrito de Nova York. Caso o juiz escolhido para supervisionar ambos os casos seja o mesmo, ele poderá combinar as duas reivindicações.

Tal como a ação movida pelo Times, os jornais acusam a OpenAI e a Microsoft de apropria-

rem-se de milhões de artigos protegidos por direitos autorais sem permissão e pagamento para treinar e alimentar suas inteligências artificiais generativas ChatGPT e Copilot.

Os jornais também dizem que os chatbots creditaram falsamente as publicações por reportagens imprecisas ou enganosas, em função das "alucinações" da IA generativa, "manchando a reputação dos jornais e espalhando informações perigosas". Eles citam exemplos de falsas atribuições, como um caso em que o ChatGPT inventou que o Denver Post publicou pesquisas e observações médicas de que fumar pode ser uma cura para a asma.

O resultado desses processos pode afetar substancialmente o uso de conteúdos jornalísticos por IAs generativas. Para serem sustentáveis, veículos de mídia digitais dependem das receitas de publicidades, parte delas resultantes do tráfego vindo dos buscadores, como Google. As ferramentas de IA generativa podem eliminar uma parte considerável deste tráfego.

NARCOTRAFICANTES

Párraga é morta ao aparecer em investigação de corrupção

Uma ex-rainha de beleza e ex-candidata do concurso Miss Equador, mencionada em um caso que a Promotoria investiga sobre uma rede de corrupção judicial, policial e penitenciária e o narcotráfico em instituições do Estado, foi assassinada no domingo, 28, de acordo com autoridades.

A polícia informou em uma mensagem enviada a jornalistas que a morte violenta de Landy Párraga, de 23 anos ocorreu na tarde de domingo na cidade de Quevedo, a 139 quilômetros ao sudoeste da capital Quito. A Promotoria disse na rede social X que o homicídio ocorreu em um estabelecimento comercial, em um ataque armado. Unidades dessas instituições investigam para determinar as causas e os responsáveis.

O assassinato de Landy foi registrado em um vídeo repercutido pela imprensa local, no qual se pode observar o momento em que a jovem - que estava de em um restaurante - é atacada a tiros por dois sujeitos armados, que posteriormente fogem do local. Ela ficou caída no chão. Landy Párraga, modelo, vice-



Landy aparece em conversa

-rainha de beleza de Quevedo e participante do concurso Miss Equador 2022, é mencionada em uma das conversas retiradas do celular do narcotraficante equatoriano Leandro Norero, assassinado há dois anos em uma prisão no centro do país.

Em 13 de julho de 2022, Norero estava conversando com Helive Angulo, apelidado de "Estimado", um de seus homens de confiança. Norero estava sendo investigado por lavagem de dinheiro, e Angulo tinha infiltrados na equipe policial responsá-

vel pelo caso. Ele disse a Norero que os policiais tinham perguntado sobre Landy Párraga, e o Norero pedia que "de maneira alguma deve aparecer" o nome da mulher.

Segundo "Estimado", Landy tinha uma importadora, e os policiais precisavam revistá-la por uma solicitação da Promotoria. Norero respondeu que essa importadora não pertencia a Landy Párraga. Pelas conversas, fica claro que "El Patrón", como chamavam Norero, insistia em evitar qualquer ligação com ela e que o nome da ex-candidata chegasse aos ouvidos de sua esposa.

O Ministério Público divulgou as mensagens como parte do caso "Metástasis", no qual investiga uma rede criminosa inserida em instituições públicas. Nesse caso, mais de 50 pessoas foram processadas por um plano de entrega de dinheiro a funcionários judiciais em troca de decisões favoráveis para Norero e seus parentes. Também envolve altos funcionários do judiciário e da polícia, guardas do sistema penitenciário e advogados, entre outros.

OBRAS

Governo prevê R\$ 1,7 trilhão de investimentos no PAC

Costa afirmou que o PAC é uma parceria de Estados e municípios, não só de recursos próprios, mas de financiamentos dados pelo governo federal para atender seus pleitos



Rui Costa iniciou na manhã de terça-feira a sua participação na comissão após requerimento do senador Confúcio Moura (MDB-RO) por explicações sobre o programa de infraestrutura

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou em audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado na terça-feira, 30, que o governo prevê um total de R\$ 1,7 trilhão em investimentos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), carro-chefe das iniciativas do governo Lula em relação a obras.

Segundo o ministro, R\$ 632 bilhões são recursos privados. Outros R\$ 377 bilhões são via Orçamento Geral da União, além de R\$ 354 bilhões por meio de financiamento e R\$ 394 bilhões de estatais. O ministro também ressaltou a perspectiva de geração de 2,5 milhões de empregos diretos e 1,5 milhão de empregos indiretos, decorrentes das obras realizadas por meio do programa.

Durante a audiência, Costa ressaltou o apoio de Estados e municípios e do Congresso Nacional ao Novo PAC. "O Novo PAC não é apenas do Executivo, tem o apoio do Senado e da Câmara e participação dos entes estaduais e municipais", declarou Costa. "O PAC não é apenas investimento de Orçamento Geral da União. É uma parceria de Estados e municípios, não só de recursos próprios, mas de financiamentos dados pelo governo federal a Estados e municípios para atender seus pleitos de obras estruturantes."

Costa iniciou na manhã de terça-feira a sua participação na comissão após requerimento do senador Confúcio Moura (MDB-RO) por explicações sobre o programa de infraestrutura. Também a pedido do senador Esperidião Amin (PP-SC), o ministro explicou os gastos do governo com a Itaipu Binacional.

Costa afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai anunciar, nos próximos dias, projetos selecionados pelo Ministério das Cidades no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em cinco modalidades: renovação de frota, urbanização de favelas, regularização fundiária, contenção de encostas e abastecimento de água rural.

De acordo com Costa, os investimentos são de R\$ 18,1 bilhões. O ministro afirmou que o governo deve atender quase todos os pleitos apresentados

VETOS

Costa: acordo de recomposição de emendas já está resolvido

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou na terça-feira (30) que o acordo entre governo e Congresso para recomposição de emendas parlamentares está "resolvido" e que "os desafios são outros". A fala ocorreu após o ministro deixar audiência pública em comissão no Senado.

Costa foi questionado se estaria mantido o acordo sobre a recomposição de R\$ 3,6 bilhões em emendas, dos quais 2/3 iriam para a Câmara e 1/3 para o Senado. "Está tudo resolvido. Os desafios são outros. Esse está resolvido", afirmou o ministro, sem confirmar quais valores foram, de fato, firmados, e quais seriam esses outros desafios.

O ministro se refere aos valores vetados pelo presidente Lula em emendas parlamentares, decisão que irritou o Congresso.

Inicialmente, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) previa R\$ 11 bilhões de emendas. No entanto, o Congresso aprovou, posteriormente, mais R\$ 5,6 bilhões, que foram vetados pelo presidente da República. Agora, o Planalto e o Congresso dialogam para recompor R\$ 3,6 bilhões dessa verba que havia sido vetada.

Para liberar esse montante, o governo tenta adiantar R\$ 15 bilhões em arrecadação por meio de um "jabuti" de um projeto que recria o Seguro DPVAT. O texto poderia ser votado na terça na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, mas a apreciação foi adiada para a próxima semana.

A jornalista, Costa negou classificar o adiamento da votação do DPVAT como uma retaliação dos parlamentares em relação à desoneração da folha de pagamentos, tema que provocou tensões entre o Congresso e o Planalto nos últimos dias.

"Eu acho que faz parte do funcionamento, do diálogo. A informação que eu tive é que está marcada já para a semana que vem, a votação. De alguma

forma, tinha a expectativa de membros da comissão pedirem vista. É natural, não tem nenhum problema, nenhum sobresalto", afirmou.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cancelou um almoço que estava marcado para terça-feira com líderes do governo e de partidos governistas, ministros da gestão Lula e senadores de partidos da base aliada ao Palácio do Planalto. A informação foi confirmada pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que disse ter recebido uma mensagem de Pacheco desmarcando o compromisso.

Segundo a presidência do Senado, o almoço vinha sendo articulado pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), para discutir o cenário político na Casa. O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, também participaria do encontro. O ministro da Casa Civil também poderia marcar presença.

Apesar do descontentamento de Pacheco diante da postura do governo em judicializar a desoneração da folha de pagamentos de empresas e pequenos municípios, o cancelamento do compromisso se deu por causa da ausência de alguns senadores em Brasília, segundo informou a presidência do Senado. O almoço seria realizado na residência oficial do Senado.

Ainda assim, os líderes do governo no Senado e no Congresso devem se reunir com Padilha e assessores técnicos para discutir o projeto de lei que altera o arcabouço fiscal e o imbróglio envolvendo vetos presidenciais, que devem ser apreciados na próxima semana em sessão das duas Casas legislativas.

O vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), disse que as conversas políticas entre os Poderes Executivo e Legislativo são bem feitas pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

Ele jogou a responsabilidade para falta de maioria no Congresso na fragmentação partidária e lembrou que no governo Franco Montoro (governador de São Paulo entre 1983 e 1987), o MDB governava sozinho. "Eram 84 deputados na Assembleia (Legislativa de São Paulo). Nosso partido, à época, o MDB, o Manda Brasa, elegeu 42. Você governava com um partido e tinha mais 4, 5 na Assembleia. Hoje, dos 513 deputados, os 13 partidos que apoiaram o presidente Lula têm 139 deputados ao todo. Evidente que é muito mais complexo", disse.

Para o vice de Lula, a fragmentação partidária tende a se reduzir no decorrer dos anos. Isso porque a cláusula de barreira cresce em cada pleito. "Mas o presidente Lula é o homem do diálogo. Quero dar o exemplo aqui da reforma tributária, que é PEC, que demanda maioria qualificada e foi aprovada. Esperada há mais de 30 anos. O caminho é o diálogo. Com tempo vai melhorar, porque cada eleição vai aumentar a cláusula de desempimento. Acho que todo mundo deve ajudar nessa conversa partidária", afirmou.

Alckmin ainda citou a importância do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, depois de o ministro Haddad cobrar participação do Congresso no cumprimento da lei. Alckmin citou também a desoneração da folha que, para ele, deveria ser ampla e no primeiro salário.

"A gente deveria começar, depois de aprovada a reforma tributária, o trabalho de desoneração da folha, porque o problema do mundo é emprego e renda. A tecnologia permite você fazer mais com menos gente. No futuro, defendo que se estude, até fiz um estudo, se desonerar todo primeiro salário custa R\$ 110 bilhões. Eu preciso de 1% do PIB, desonerei 1% da folha. Sempre tenho de compensar. Acho que o cumprimento da Lei de Responsabilidade é dever de todos nós", disse.

momento, 27,9 mil moradias já foram entregues.

Segundo o ministro, o governo está na fase da retomada de obras que estavam paralisadas.

"Nós recebemos um estoque bastante elevado de conjuntos paralisados e estamos retomando essas obras e entregando à população. Nos próximos dias, Lula fará novo lote de entregas", disse o ministro. "Até o final do ano, mais 29 mil serão entregues. Elas se referem ao estoque recebido de obras paralisadas."

Costa considerou o ritmo de entregas do Minha Casa Minha Vida como "desempenho espetacular" e afirmou que "temos que comemorar muito no setor de construção civil". Além disso, o ministro também destacou que, entre os beneficiários, estão indígenas e quilombolas.

O ministro informou que o governo quer renegociar todas as concessões de rodovias em condição de inadimplência até o fim deste ano, com prazo máximo até o 1º semestre do ano que vem.

"Estamos buscando, junto ao TCU, renegociar concessões inadimplentes de rodovias. Pegamos algumas dezenas de concessões de rodovias que estavam sem executar, na plenitude, os seus contratos", disse o ministro. "Queremos, até o fim do ano, o mais tardar no 1º semestre 2025, renegociar todas as concessões inadimplentes de rodovias."

De acordo com Costa, o processo está ocorrendo junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). O ministro não cravou uma meta exata, mas afirmou que, até o fim de 2024, haverá um número "considerável" de rodovias concedidas e retomadas.

O ministro informou que o governo está discutindo internamente alterações que deseja fazer no Tratado de Itaipu, documento firmado entre Brasil e Paraguai que trata do aproveitamento hidrelétrico no Rio Paraná. Em audiência na comissão de Infraestrutura do Senado, na terça-feira, 30, Costa afirmou que as alterações devem se dar no Anexo C, que estabelece as condições de suprimento de energia, o custo do serviço de eletricidade, a receita e outras disposições que instituem as bases financeiras e de prestação dos serviços de eletricidade da Itaipu.

"Nosso foco é negociar o mais breve possível o Anexo C, que vai definir a tarifa a ser paga no longo prazo pelo povo brasileiro", disse o ministro. Segundo ele, como a gestão de Itaipu está baseada em um tratado internacional entre Brasil e Paraguai, "não há como um país impor ao outro uma decisão".

Ele afirmou que o governo brasileiro tenta negociar com o Paraguai uma redução nas tarifas de energia, mas enfrenta um impasse.

Segundo Costa, o Brasil iniciou as conversações no ano passado, mas o país vizinho estava em eleição presidencial, e o chefe do Executivo da época solicitou que as negociações ocorressem após a posse do sucessor.

O ministro da Casa Civil afirmou que, desde então, o presidente Santiago Peña tem defendido a elevação das tarifas, enquanto o governo Lula insiste na diminuição. "Estamos até hoje sem uma definição, já que o impasse se colocou em relação à tarifa: o governo do Paraguai, buscando elevar o valor da tarifa, e o governo brasileiro, tentando reduzir a tarifa", declarou.

Segundo Costa, a Casa Civil não está encarregada de coordenar essas negociações. Ele atribuiu a responsabilidade ao ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, sob assessoria do Ministério de Minas e Energia.

As conversas estão em andamento, segundo Costa, mas ainda não houve divulgação de um entendimento entre o Brasil e o Paraguai. "Espero que, em breve, o presidente da empresa e os ministros anunciem um acordo entre os dois países", disse.

sobre renovação de frota. Esses projetos são apresentados por entes estaduais e municipais por meio do PAC Seleções e avaliados pelo governo.

"Nos próximos dias, teremos o lançamento dessas cinco áreas do Ministério das Cidades. São R\$ 18 bilhões a mais em cinco modalidades", afirmou o ministro. "Esses cinco itens nós já finalizamos a análise técnica, e o presidente anunciará nos próximos dias os projetos selecionados."

Segundo o ministro, a etapa que vem em seguida conta com R\$ 34 bilhões em investimentos em outras cinco áreas: esgotamento sanitário, abastecimento de água urbano, drenagem, resíduos sólidos e mobilidade urbana em grandes e médias cidades. Esses projetos ainda

estão em análise no Ministério das Cidades. Na audiência, Costa afirmou também que o PAC Seleções já atendeu R\$ 3.269 municípios brasileiros com R\$ 23 bilhões em investimentos. Apesar de atender pedidos de estados, o programa está mais voltado para os municípios.

Já no início da sua fala, o ministro destacou o apoio do

Congresso Nacional e dos gestores estaduais e municipais ao Novo PAC. O programa tem previsão total de R\$ 1,7 trilhão em investimentos, sendo que a maior parte é de recursos privados (R\$ 632 bilhões).

O ministro informou que o governo pretende entregar, até o fim deste ano, 29 mil moradias pelo Programa Minha Casa Minha Vida. Segundo ele, até o

DEFESA

Edge Group compra Condor e eleva participação no Brasil

Esta é a segunda empresa brasileira comprada pela Edge, que intenção de transformar o Brasil em um polo de exportação de armamentos para o mundo

A Edge Group, estatal do setor de defesa dos Emirados Árabes, assinou na terça-feira, 30, em São Paulo, a compra de 51% da Condor, empresa sediada no Rio de Janeiro. Presente em mais de 85 países, a Condor é a principal produtora mundial de gás lacrimogêneo e líder em outros produtos não letais militares, de defesa civil e segurança pública. A Condor é também a empresa com maior portfólio mundial de NTL, sigla em inglês para tecnologias não letais, com mais de 160 produtos como munições de borracha, granadas de fumaça, sprays e câmeras corporais com reconhecimento facial.

Com a aquisição, a Edge, que vem ampliando participação no Brasil, pretende se tornar líder global no segmento de segurança e defesa e entrar em novos mercados, especialmente nos Estados Unidos. Esta é a segunda empresa brasileira comprada pela Edge, que tem mantido conversas com ao menos outras duas companhias no País. A intenção da estatal árabe é transformar o Brasil em um polo de exportação de armamentos.

Criada em 2019, a companhia tem um plano agressivo de crescimento e internacionalização, na qual coloca o Brasil como essencial. Desde sua criação, a Edge aumentou suas exportações em 300%, tem US\$ 5 bilhões em negócios, presença em 30 países e fica entre as 25 maiores do setor. A meta da empresa árabe é figurar entre as 5 maiores do setor.

"Ao longo dos anos, o Brasil estabeleceu uma indústria de alta tecnologia muito boa. A Condor fez um trabalho muito bom, mas tem a desvantagem de ter outras regiões muito distantes", afirma Hamad Al Marar, diretor geral e CEO do Grupo EDGE.

Ele citou, por exemplo, o Oriente Médio e a África na dificuldade logística da Condor, sediada no Brasil. Por isso, diz



A Edge Group mira uma expansão, através do País, de sua participação na América Latina e também na África. Hoje, o Brasil investe 1,2% do seu PIB em defesa

ele, a parceria com a Edge é uma maneira de fazer a empresa alcançar novos mercados.

"Entendemos que essa parceria com o grupo EDGE vai impulsionar as duas empresas a expandir a participação de mercado em diferentes segmentos de NLT e entrar em novos mercados estrategicamente importantes, como os Estados Unidos", afirma Carlos Erane de Aguiar, fundador da Condor.

O mercado de armas não letais, que valia US\$ 6 bilhões em 2023, é considerado por ele como "bastante promissor".

Ele afirma que a companhia não deixará de ser uma empresa estratégica de defesa nacional, pois vai manter a governança brasileira. Aguiar será o presidente da Condor após o negócio com a Edge. "Isso por si só não se configura como uma com-

pra tradicional. Entendemos que essa parceria marca uma busca conjunta por inovação contínua e novos mercados na América Latina, EUA e outras partes do mundo", diz Aguiar.

A Edge Group, estatal de tecnologia avançada para o setor de defesa, mira uma expansão, através do País, de sua participação na América Latina e também na África. Atualmente, o Brasil investe cerca de 1,2% do seu PIB em defesa. O número é considerado baixo por especialistas da área.

Em setembro do ano passado, a Edge comprou pouco menos de metade do capital da brasileira Siatt (Sistemas Integrados de Alto Teor Tecnológico). Quatro meses depois, a empresa brasileira do setor de defesa anunciou investimentos de R\$ 3 bilhões para a monta-

gem de uma fábrica de 7 mil metros quadrados, próxima à Rodovia Dutra, em São José dos Campos (SP), para a produção de armamentos de alta complexidade. A Edge firmou acordo com a Marinha brasileira para produzir mísseis anti-navio de longo alcance. A partir da parceria com a Marinha e da compra da Siatt, a ideia do grupo árabe é competir com os franceses, que produzem mísseis com alcance de 200 quilômetros. O governo dos Emirados Árabes já encomendou US\$ 350 milhões em mísseis, que devem ficar prontos a partir de 2026.

A previsão da Edge é de que o míssil brasileiro seja mais barato do que o francês e conquiste mercados como Peru, Equador, Egito, Indonésia e Angola. Com isso, o potencial de faturamento anual da SIATT, na leitura de exe-

cutivos do grupo Edge, deve chegar a algo entre R\$ 200 milhões e R\$ 300 milhões.

A empresa abriu, em Brasília, o primeiro escritório para América Latina, chefiado por Marcos Degaut, que foi secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa do governo Bolsonaro. O CFO Global da Edge é também um brasileiro, Rodrigo Torres. Fundada em 2019, a empresa tem avançado na estratégia de internacionalização nos últimos dois anos. No início, a Edge Group tinha 25 empresas. Hoje, tem 42. Nos últimos 12 meses, o grupo adquiriu 13 empresas fora dos Emirados.

O setor de defesa dos Emirados Árabes vê no País o potencial de adquirir empresas com tecnologia e operação já avançada e sem entraves existentes para exportação em outros locais.

ELEIÇÕES



Paes lidera as pesquisas no Rio

Paes tem 46,1% das intenções de voto e Ramagem, 13%

O atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), aparece em primeiro lugar em pesquisa eleitoral divulgada pelo instituto Paraná Pesquisas na terça-feira, 30. Apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pré-candidato ao quarto mandato, Paes tem 46,1% das intenções de voto.

Com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), aparece com 13,6% das intenções de voto do eleitor carioca. A pesquisa foi estimulada, ou seja, apresentou os nomes dos candidatos para os eleitores responderem em quem votariam caso o pleito fosse hoje.

Em terceiro lugar, está o deputado federal Tarcísio Motta (PSOL-RJ), com 7,4%. Outros candidatos, somados, ficam com 15,9%. Outros 10% dos eleitores entrevistados não votariam em nenhum candidato ou votariam em branco ou nulo, e 7% não souberam ou não responderam.

A pesquisa foi realizada entre os dias 24 e 29 de abril de 2024, com 800 eleitores da cidade do Rio. Com um grau de confiança de 95% e margem estimada de erro de aproximadamente 3,5 pontos percentuais, a pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o número RJ-06897/2024.

Três dias antes do início da pesquisa, Ramagem esteve ao lado de Bolsonaro no ato realizado na Praia de Copacabana. O deputado também contou com o apoio do ex-presidente em março, no lançamento da pré-candidatura à prefeitura do Rio na quadra da Mocidade Independente de Padre Miguel, na zona oeste da cidade. Em inserção partidária na TV, exibida neste mês de abril, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro aparece conversando com Ramagem, investigado por supostas espionagens ilegais praticadas durante o período em que esteve à frente da Abin, sobre a segurança pública carioca.

O levantamento também apresentou um segundo cenário estimulado para os entrevistados. Nele, Paes tem 46,8%; Ramagem, 15,6%; e Motta, 8,1%, percentuais que os mantêm nos três primeiros lugares, além de Cyro Garcia (PSTU), com 5,1%, a deputada estadual Dani Balbi (PCdoB), com 3,4%, e o deputado federal Marcelo Queiroz (PP-RJ), com 2,8%. Brancos e nulos são 10,3%, e não souberam e não responderam, 8%.

A pesquisa também simulou as intenções de voto considerando o padrinho político do pré-candidato, questionando o eleitor se ele votaria com certeza, se poderia votar ou se jamais votaria em um candidato apoiado por três figuras: Lula, Bolsonaro e o governador do Rio, Cláudio Castro (PL). O líder de rejeição, ou seja, que os eleitores jamais votariam em um candidato apoiado por ele, foi Castro, com 48,1%, seguido do presidente Lula, com 45,9%, e de Bolsonaro, com 43,5%.

Já na posição com mais chance de voto em relação ao padrinho político, aparece o ex-presidente, com 30%, seguido de Lula, com 26,1% e Castro, com 14,2%.

FRAUDES

Desembargador nega habeas e mantém decreto de prisão de pagodeiro do PCC

O desembargador Sérgio Ribas, da 8ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, negou revogar a prisão preventiva do pagodeiro e empresário Wagner Borges Dias, o Latrell Brito, apontado pelo Ministério Público como "cabeça" de uma organização ligada ao PCC para esquema de fraudes em licitações de mais de R\$ 200 milhões de prefeituras e câmaras municipais do interior e da região metropolitana.

O magistrado não viu "ilegalidade manifesta" que justificasse o decreto de prisão preventiva do pagodeiro e rejeitou a concessão da ordem em seu benefício. Latrell Brito está foragido desde que a Promotoria, amparada em ordem da 5ª Vara Criminal de Guarulhos (Grande São Paulo), deflagrou a Operação Munditia, dia 16, e prendeu três vereadores, entre outros suspeitos.

A decisão do desembargador foi assinada na sexta-feira, 26, no bojo de um habeas cor-

pus movido pela defesa de Latrell Brito. A defesa do pagodeiro - a cargo dos criminalistas Rubens Catirce Junior e Leandro Sankari de Camargo Rosa -, pedia que, se não fosse revogada sua preventiva, que a detenção fosse substituída por medida cautelar alternativa ou prisão domiciliar.

Os advogados alegam que não há "motivação adequada" para a prisão de Wagner. O mérito do pedido ainda vai ser analisado pelo Tribunal de Justiça. A defesa argumenta a nulidade da investigação da Operação Munditia, que tem Wagner como um de seus alvos principais.

A alegação dos criminalistas é que o inquérito foi aberto após denúncia anônima, o que, segundo a defesa, "não autoriza a adoção de medidas constritivas, como busca domiciliar". Wagner Borges Dias é apontado pela Promotoria como o líder da quadrilha alvo da Operação Munditia. Foi a partir das conversas



Brito é apontado como "cabeça" de uma organização ligada ao PCC para fraudes

interceptadas em seu celular que o Ministério Público abateu a investigação.

Diálogos recuperados pelos promotores mostram

que ele levava uma vida de ostentação, com viagens ao exterior e carros de luxo. Ele detém o controle de amplo acervo de contratos com admi-

nistrações municipais e câmaras de vereadores - negócios que seriam resultado da infiltração do PCC na máquina pública.

Os promotores também rastream um contrato fechado em 2020, no valor de R\$ 14,1 milhões, por uma empresa do pagodeiro com o Metrô de São Paulo.

O Ministério Público destacou o teor de "violência e periculosidade" nos diálogos do pagodeiro via celular.

As mensagens do WhatsApp de Wagner mostram como ele tratava com servidores públicos e vereadores sobre a entrega de propinas que, segundo a Promotoria, garantiam a permanência do esquema em várias prefeituras e câmaras de São Paulo.

Também revelam a ligação de Latrell Brito com o PCC, afirma o MP, vez que alguns diálogos mostram que ele participou de uma "ideia" - julgamento do chamado tribunal do crime.

RESISTÊNCIA

Empresa que omitir dados sobre igualdade salarial será fiscalizada

O ministro afirmou que o governo está aberto a dialogar, mas os segmentos que não procurarem o ministério do Trabalho para o diálogo receberão a visita de um auditor-fiscal para observação

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou, na terça-feira (30), que as empresas que omitem dados sobre igualdade salarial terão “um olhar especializado” da área de fiscalização da pasta. “Se querem atenção, terão uma atenção”, disse, durante coletiva de imprensa para apresentar dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged).

Marinho comentou decisão da Justiça Federal que liberou alguns segmentos, como farmácias e universidades, de divulgarem as informações de transparência salarial e de critérios remuneratórios previstas na regulamentação da Lei da Igualdade Salarial. “Se tem coisa a esconder, vamos olhar. Então, essas empresas terão nossa atenção. E se trata de tão poucas, que nos aguardem a atenção. Mas elas podem, ainda, se quiserem, voltar atrás. Estamos abertos a dialogar. Esses segmentos que não nos procurarem para o diálogo receberão a visita do auditor-fiscal para observar o que é que eles querem esconder”, disse, lembrando que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, prevê fiscalizações das normas trabalhistas.

Segundo o ministério, das cerca de 50 mil empresas que se enquadram na lei, menos de 300 receberam autorização para omitir os dados. “Estamos falando de um número insignificante do ponto de vista de quantitativo”, disse, enaltecendo as empresas que estão “enten-



Marinho: “a grande massa de empresas respondeu os dados, então queria agradecer a visão da grande maioria, esmagadora maioria dos nossos empregadores”

dendo o espírito da lei e estão colaborando” para a política pública.

“A grande massa de empresas respondeu os dados, então queria agradecer a visão da grande maioria, esmagadora maioria dos nossos empregadores e empregadoras que responderam tranquilamente, com seriedade, as informações que nós estamos pedindo”,

disse. “Chama atenção quem está resistindo, recorrendo ao Judiciário, que talvez esse não seja o melhor caminho. Se tem algum problema, a gente analisa, conversa, constrói, até porque nossa visão não é de autuar, de castigar, nada, muito pelo contrário, é de construir a partir do direito das mulheres de ter salário igual”, acrescentou.

A Lei da Igualdade Salarial, sancionada em julho do ano passado, torna obrigatória a igualdade salarial entre homens e mulheres quando exercerem trabalho equivalente ou a mesma função. As regras valem para empresas com 100 ou mais empregados e que tenham sede, filial ou representação no Brasil.

No mês passado, as confe-

derações nacionais da Indústria (CNI) e do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a Lei de Igualdade Salarial entre os gêneros. A ação, ainda sem decisão, pede uma medida cautelar para suspender os efeitos de alguns dos dispositivos, entre eles, o que

determina a divulgação de relatórios de transparência salarial, explicando os critérios para os pagamentos. As confederações alegam que há risco de divulgação de dados individualizados, o que violaria o direito à privacidade.

Entretanto, de acordo com o ministro Luiz Marinho, os dados de transparência não são individualizados, “portanto não há qualquer razão para essa resistência”.

Na ação, as entidades alegam que não pretendem questionar o princípio da isonomia, mas “a necessidade de adequação da lei, para que desigualdades legítimas e objetivas, como o tempo na função e na empresa, e a perfeição técnica do trabalho, não sejam consideradas como discriminação por gênero”. Elas argumentam ainda que a exigência da divulgação de relatório de transparência salarial e aplicação de sanções a qualquer caso de diferença de remuneração são injustas, e justificam que planos de carreiras no meio corporativo vão além da questão de gênero.

Segundo Luiz Marinho, a transparência sobre a igualdade salarial será um dos temas a serem tratados pelo governo no âmbito das comemorações do 1º de Maio - Dia do Trabalhador. “É preciso chamar atenção do mundo empresarial, da necessidade de as empresas trabalharem com uma visão humanista em relação às necessidades e ao respeito aos direitos humanos, de homens e mulheres, em particular nesse debate, das mulheres”, disse.

FUNDO

Petrobras trabalha com metas ousadas para a diminuição de gases poluentes

A Petrobras trabalha com metas arrojadas para os próximos anos, em termos de redução de emissões de gases poluentes revelou o diretor de Transição Energética e Sustentabilidade da Petrobras, Maurício Tolmasquim.

Segundo ele, uma dessas metas consiste em reduzir ainda mais o metano (CH₄), gás que tem maior impacto sobre o aquecimento global, na fase inicial de um processo anterior à produção (upstream), que atualmente está em 0,22 tonelada de metano por 1.000 toneladas de hidrocarboneto. A ideia é chegar até 2030 em 0,2 tonelada de CH₄, considerado quase zero, disse o diretor.

A segunda meta “super ousada”, conforme Maurício Tolmasquim, é colocar em operação 14 novas plataformas do tipo FPSO (do inglês Floating Production Storage and Offloading), que podem produzir, armazenar e transferir petróleo e gás natural.

“Apesar de aumentar a produção de petróleo e gás, nós estamos propondo manter o nível de emissões absolutas até 2028. Ou seja, a gente vai aumentar enormemente a capacidade de produzir petróleo e gás mantendo as emis-

sões”, explicou.

O próximo passo, segundo Tolmasquim, é reduzir mais, de modo a atingir 0% de emissões líquidas em 2050.

O Caderno do Clima 2024, divulgado na terça-feira (30), mostra que as emissões absolutas de gás carbônico (CO₂) da companhia caíram 41% no período de 2015 a 2023, contra 39% entre 2015 e 2022. Em termos de metano, a emissão absoluta foi reduzida em 68%.

Maurício Tolmasquim ressaltou que toda a parte de descarbonização está ligada a um programa adotado pela estatal, denominado Carbono Neutro, que é transversal, isto é, envolve todas as áreas da Petrobras, sob a responsabilidade da gerência executiva de Clima e Descarbonização.

Os técnicos ligados ao Programa Carbono Neutro estão sempre trabalhando no sentido de que processos e tecnologias sejam escolhidos pelo critério da maior economia, ou seja, quais são os potenciais de melhora na eficiência dos processos, de maneira a descarbonizar, disse Tolmasquim. “Graças a esse esforço é que a gente consegue melhorar as emissões”, avaliou.

Com essa finalidade, foi criado um instrumento deno-



Tolmasquim: “uma dessas metas consiste em reduzir o metano (CH₄), gás que tem maior impacto sobre o aquecimento”

minado Fundo de Descarbonização. A primeira carteira de projetos para uso desse fundo teve iniciativas nos segmentos de exploração e produção, refino, gás e energia

e logística. O orçamento do Fundo de Descarbonização foi ampliado de US\$ 600 milhões para US\$ 1 bilhão no período 2024/2028.

A metodologia da Petro-

bras obriga seus executivos a escolher o projeto que apresente o melhor retorno para a empresa. “Essa é a regra”, garante Tolmasquim.

Às vezes, entretanto, a dife-

rença de investimento entre um projeto que dá maior retorno, mas emite mais e outro que emite menos é tão pequena que a Petrobras recorre ao Fundo de Descarbonização, habilitando o executivo a obter recursos do fundo e escolher o projeto que emite menos.

“É um fundo interno em que a gestão é feita por um comitê. Tem todo um critério de governança, mas que permite manter a regra da empresa de sempre escolher aquele processo que dê maior retorno. Mas eu tenho um fundo que ajuda que aquele processo que emite menos seja competitivo com aquele que emite mais. Esse está sendo um instrumento muito valioso”, explicou Tolmasquim.

A gerente executiva de Clima e Descarbonização, Viviana Coelho, informou que, atualmente, o fundo conta com cerca de 700 oportunidades ou alternativas de redução de emissões.

“O instrumento tem uma curva do custo marginal de abatimento que ordena, em termos de custo crescente, essas 700 alternativas. Isso está se mostrando muito eficaz”, acrescentou Tolmasquim.

Viviana disse que já são mais de 30 projetos no Fundo de Descarbonização. “Eles têm o potencial de reduzir as emissões do porte de uma refinaria inteira ou de três plataformas, para ter uma noção da escala desses projetos. É como se uma refinaria inteira deixasse de emitir ou se três plataformas deixassem de emitir”.

→ continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 da Vila Velha S.A. Administração e Participações (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

das determinam os bens ou serviços que não foram entregues nas localidades físicas indicadas pelos clientes até a data de cada balanço e registra uma reversão da receita correspondente em contrapartida a uma conta redutora do saldo de contas a receber de clientes. 3.13.1. **Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais:** Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizada conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, através de discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração e ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, nos leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável. 3.14. **Distribuição de Dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas. Na demonstração de fluxo de caixa apresentamos como componente das atividades de financiamento quando ocorrer o desembolso financeiro. 3.15. **Investimentos:** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ação. Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é apresentada nas demonstrações financeiras consolidadas como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração de resultado. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido. Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Controlada em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo. De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento em controlada em conjunto é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado pelo método de aquisição e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado da controlada em conjunto. O investimento na controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se tornou uma controlada em conjunto. Na aquisição do investimento de controlada em conjunto, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida deve ser reconhecido como ação, que deve ser incluído no valor contábil do investimento. As exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma controlada. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ação) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ação que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente. Quando uma entidade da Companhia realizar transação com coligada do grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na coligada que não estejam relacionadas ao grupo. 3.16. **Transações com pagamentos baseados em ações:** A administração da controlada adota o plano de ações restritas como forma de remuneração de executivos elegíveis, em que a contrapartida da apropriação do valor justo no resultado é considerado no patrimônio líquido na rubrica de "outras reservas", sendo liquidada no momento em que as ações em tesouraria são entregues a cada período de vesting, conforme descrito na nota explicativa 26. 3.17. **Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos:** A Companhia, com base no CPC 3 (R2), optou em reconhecer os juros pagos sobre empréstimos nas atividades de financiamento em sua demonstração de fluxo de caixa, considerando que são custos de obtenção de recursos financeiros. O CPC 03 (R2).34 permite que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia e suas controladas classificam os juros recebidos como atividades de investimentos. 3.18. **Ativos de direito de uso e arrendamentos por direito de uso:** A Companhia e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento por direito de uso calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia, (vide nota explicativa nº 14). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato, já que o seu prazo é menor que a vida útil dos ativos arrendados. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial não sendo efetivo no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as multas e penalidades previstas em cláusulas

Diretoria
Bruno Soares Uchino - Diretor Presidente | Lucimar Pinho Nunes de Freitas - Diretora Vice-Presidente | Maria Cecília Barretto de Araújo Abubakir - Diretora | Maria Carolina Barretto de Araújo Abubakir - Diretora | Leandro Nunes de Faria - CRC 1SP335131/O-8

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão disponíveis na administração da empresa e no seguinte endereço eletrônico: <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal>

Equipav Rodovias Participações e Administração S.A.

CNPJ nº 46.893.832/0001-85

Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais		2023		2022		Consolidado		2023		2022	
Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2022
Ativo circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	482	126	1.439.446	104.795						
Aplicações financeiras		-	-	1.384	-						
Contas a receber	6	-	-	30.167	-						
Ativo financeiro	7	-	-	180.866	-						
Impostos a recuperar	8	68	53	22.141	358						
Adiantamentos a fornecedores		-	-	8.311	158						
Outros ativos		-	-	3.651	438						
		550	179	1.685.966	105.749						
Ativo não circulante											
Partes relacionadas	11	1	1.847	1	95						
Impostos diferidos	9	-	-	4.484	-						
Realizável a longo prazo		1.847	4.485	95	-						
Investimentos	10	137.416	33.174	-	-						
Direito de uso		-	-	2.263	-						
Imobilizado	12	-	-	9.658	115						
Infraestrutura em construção	13	-	-	86.798	-						
		137.416	33.174	895.733	31.485						
Total do ativo não circulante		137.417	35.021	890.217	31.580						
Total do Ativo		137.967	35.200	2.576.183	137.329						
Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Capital Social		Prejuízos acumulados		Total		Participação de acionistas não controladores		Total do patrimônio líquido	
Saldo em 15 de junho de 2022											
Integração de capital		25.001	-	-	-	25.001		104.179		129.180	
Prejuízo do exercício		-	(2.268)	-	-	(2.268)		(3.887)		(6.155)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022		25.001	(2.268)	22.733	100.312	123.045		441.620		451.220	
Integração de capital		9.600	-	-	-	9.600		(13.190)		(30.024)	
Prejuízo do exercício		-	(16.844)	-	-	(16.844)		528.752		544.241	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		34.601	(19.112)	15.489	22.733	528.752		2.576.183		137.329	
Demonstração dos Fluxos de Caixa											
Saldo em 15 de junho de 2022											
Receita operacional líquida											
Custos operacionais											
Lucro bruto											
(Despesas) receitas operacionais											
Despesas de vendas											
Despesas gerais e administrativas											
Outras receitas (despesas), líquidas											
Resultado financeiro, líquido											
Outros ativos											
Outros passivos											
Resultado antes do IR e CS											
IR e CS											
Lucro do exercício											
Lucro do exercício (aplicado) nas operações											
Fluxo de caixa das atividades operacionais											
Fluxo de caixa das atividades de investimentos											
Fluxo de caixa das atividades de financiamento											
Aumento (Redução) de capital											
Dividendos pagos											
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos											
Aumento (redução) de caixa e equivalentes											
Caixa e equivalentes no início do exercício											
Caixa e equivalentes no fim do exercício											
Variações de caixa e equivalentes de caixa no exercício											

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. **Contexto operacional:** A Equipav Rodovias Participações e Administração - 19-B. Bairro Jardim Paulista, no município de São Paulo - SP a Companhia, por meio de suas controladas, tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais, assim como a participação e administração de investimentos em outras entidades, além de prestação de serviços de consultoria e assessoria empresarial.

Diretoria
Leandro Antonio Grisi - CPF: 167.985.998-69 | Rhoif Alvarenga Badine - CPF: 345.475.088-10 | Fábio Roberto Benvidio - CRC: 1SP255684/O-3

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da Equipav Rodovias e Participações e Administração S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia. O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 29 de abril de 2024.

TGSP-23 Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ 13.487.635/0001-07

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial		2023		2022		Demonstração do Resultado		2023		2022	
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo											
Ativos Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	1.942	2.041									
Contas a receber de clientes	-	4									
Outros ativos	124	136									
Ativos Não Circulante											
Total dos Ativo	2.066	2.181									
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido											
Saldo em 31 de dezembro de 2021											
Redução de capital		(45)									
Ajustes de exercícios anteriores		-									
Dividendos		-									
Saldo em 31 de dezembro de 2022		618									
Lucro do exercício		-									
Saldo em 31 de dezembro de 2023		618									
Demonstração dos Fluxos de Caixa											
Saldo em 15 de junho de 2022											
Receita operacional líquida											
Custos operacionais											
Lucro bruto											
(Despesas) receitas operacionais											
Despesas de vendas											
Despesas gerais e administrativas											
Outras receitas (despesas), líquidas											
Resultado financeiro, líquido											
Outros ativos											
Outros passivos											
Resultado antes do IR e CS											
IR e CS											
Lucro do exercício											
Caixa líquido gerado (aplicado) nas operações											
Fluxo de caixa das atividades operacionais											
Fluxo de caixa das atividades de investimentos											
Fluxo de caixa das atividades de financiamento											
Aumento (Redução) de capital											
Dividendos pagos											
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos											
Aumento (redução) de caixa e equivalentes											
Caixa e equivalentes no início do exercício											
Caixa e equivalentes no fim do exercício											
Variações de caixa e equivalentes de caixa no exercício											

Notas Explicativas

Contexto operacional - A TGSP-23 Empreendimentos Imobiliários SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.401, 14º andar, Torre Paineira, 1º Andar - SP, cujo objeto é o planejamento, promoção, desenvolvimento, a venda e a entrega de empreendimento imobiliário para fins residenciais. **Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem caixa, saldos positivos em conta

Diretoria
Alexandre Wolynec - Diretor Financeiro | Erick Carmos Dias Lopes - Diretor Financeiro | Erick Carmos Dias Lopes - CRC SP - 1SP229719/O-8

TGSP-40 Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

CNPJ 27.183.161/0001-14

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial		2023		2022		Demonstração do Resultado		2023		2022	
2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo											
Ativos Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	81									
Outros ativos	72.366	70.124									
Ativos Não Circulante											
Total do Ativo	72.371	70.205									



OECI S.A.
CNPJ nº 10.220.039/0001-78

Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 4º Andar
Parte E, Conjunto 44, Edifício B1, Aroeira, Vila Gertrudes
São Paulo/SP, CEP 04794-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Acionistas, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Atenciosamente, OECI S.A. São Paulo, 02 de maio de 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	184.743	128.719
Contas a receber de clientes	7	66.055	114.168
Adiantamentos a fornecedores		10.861	5.055
Tributos a recuperar	8	11.803	60.734
Estoques	9	12.018	15.484
Contas correntes com consorciadas	2.11	8.464	6.633
Outros contas a receber com partes relacionadas	15 (b)	62.539	35.688
Outros ativos	10	22.188	16.820
		378.671	383.301
Não circulante			
Sociedade do grupo	15 (a)	3.894.398	3.966.124
Contas a receber de clientes	7	251.521	162.616
Instrumentos financeiros		5.058	—
Outros ativos	10	49.529	53.417
		4.195.448	4.187.215
Investimentos			
Imobilizado	11 (b)	468.353	1.138.464
Intangível		4	7
Direitos de uso		875	615
		4.669.858	5.331.178
Total do ativo		5.048.529	5.714.479
Passivo			
Circulante			
Arrendamento		479	540
Fornecedores e subempreiteiros	13	124.471	87.913
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	14	37.437	73.529
Adiantamentos recebidos de clientes	7	46.727	35.000
Contas correntes com consorciadas	2.11	15.360	11.325
Outros passivos		24.173	4.472
		248.647	212.779
Não circulante			
Arrendamento		465	148
Impostos, taxas e contribuições sociais	14	33.533	2.095
Adiantamentos recebidos de clientes	7	14.026	29.330
Imposto de renda e contribuição social diferido	16 (b)	119.680	220.287
Sociedade do grupo	15 (a)	13.990	14.594
Outros contas a pagar com partes relacionadas	15 (b)	13.125	664.108
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	17	18.840	13.113
Provisão para passivo a descoberto	11 (b)	57.712	17.120
		271.371	960.799
Patrimônio líquido			
Capital social	18 (a)	7.492.639	7.412.674
Transações de capital		(508.652)	(508.652)
Ajustes de avaliação patrimonial	18 (b)	(419.165)	(412.523)
Prejuízos acumulados		(2.036.311)	(1.950.594)
		4.528.511	4.540.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.048.529	5.714.479

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Nota	2023	2022
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços		19	410.934
Custo dos serviços prestados		20	(441.805)
Prejuízo bruto			(30.871)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	20	(57.068)	(1.731)
Outras receitas (despesas), líquidas		9.073	(968)
Resultado das participações societárias			
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	18(b)	—	(2.279)
Equivalência patrimonial	11 (b)	96.010	(48.271)
Outros resultados de participações		—	(234)
Prejuízo operacional			17.144
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	21	(164.902)	(104.600)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social			(147.758)
Imposto de renda	16	68.842	20.254
Contribuição social	16	24.783	7.291
Prejuízo das operações continuadas do exercício			(54.133)
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas do exercício	11 (b)	(31.584)	(134.855)
Prejuízo do exercício			(85.717)
Prejuízo básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação).	18 (c)	(0,008)	(0,034)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						
	Nota	Capital social	Transações de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2022		7.174.387	(508.652)	(609.500)	(1.600.700)	4.455.535
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício R\$ (0,034) por ação do capital social	18 (c)	—	—	—	(349.894)	(349.894)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	18 (b)	—	—	2.279	—	2.279
Outros resultados abrangentes	18 (b)	—	—	194.698	—	194.698
Total do resultado abrangente do exercício				196.977	(349.894)	(152.917)
Transações de capital com os sócios:						
Aumento de capital	18 (a)	238.287	—	—	—	238.287
Em 31 de dezembro de 2022		7.412.674	(508.652)	(412.523)	(1.950.594)	4.540.905
Total do resultado abrangente do exercício:						
Prejuízo do exercício R\$ (0,008) por ação do capital social	18 (c)	—	—	—	(85.717)	(85.717)
Outros resultados abrangentes	18 (b)	—	—	(6.642)	—	(6.642)
Total do resultado abrangente do exercício					(85.717)	(92.359)
Transações de capital com os sócios:						
Aumento de capital	18 (a)	242.449	—	—	—	242.449
Redução de capital	18 (a)	(162.484)	—	—	—	(162.484)
Em 31 de dezembro de 2023		7.492.639	(508.652)	(419.165)	(2.036.311)	4.528.511

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A OECI S.A. ("OECI" ou "Companhia"), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor ("Grupo Novonor"), com sede em São Paulo, cuja controladora direta é a OEC S.A. ("OECISA") e indireta a Odebrecht Holdco Finance Limited ("Odebrecht Holdco"). A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 - 4º Andar - Parte E - Conj. 44 - Edifício B1 - Aroeira, Vila Gertrudes, São Paulo. A Companhia tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção. Por meio de sucursais e subsidiárias de suas controladas, a Companhia possui atuação indireta em diversos países, sendo os principais: Brasil, Angola, Estados Unidos da América. No segmento de construção civil pesada, a Companhia desenvolve projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura. As principais obras em execução pela Companhia, controladas e coligadas, no Brasil são: Canal Adutor do Serião Alagoano, BRT Transoeste, Rodovia dos Minérios, Ligação Várzea Campo Grande, Terminal Gás Sul Babilônia, Ponte Guaratuba, Mem Bloco 40, BRT Transbrasil e Unidades de Saúde BH. As principais obras em execução pelas controladas e coligadas da Companhia, no exterior são: Refinaria de Cabinda, Terminal Oceânico Barra do Dande, Refinaria de Lobito e Aeroporto Internacional de Cabinda (Angola). As presentes demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 02 de maio de 2024. **2. Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto pelas normas e alterações com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, conforme abaixo, as quais, de acordo com a avaliação da Administração, não produziram efeito significativo nas informações contábeis da Companhia. **Revisadas e vigentes:** Nova Norma IFRS 17 (CPC 50), Contratos de Seguros - vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 1 (CPC 26 (R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Divulgação de políticas contábeis - vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 8 (CPC 23), Definição de estimativas contábeis - vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. Alteração ao IAS 12 (CPC 32), Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction") - vigente a partir de 1º de janeiro de 2023. **Revisadas e não vigentes:** Alteração ao IAS 1 (CPC 26(R1)), Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - vigente a partir de 1º de janeiro de 2024. Alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) Apresentação

DIRETORIA
Maurício Cruz Lopes Ricardo Luis Machado Weyll Lucas Cive Barbosa

CONTADOR
Adriano de Oliveira - CRC 1SP 255316/O-7 - CPF: 180.224.338-02

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia e foram publicados eletronicamente no website <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal> e no portal de relacionamento com os investidores www.oec-eng.com/pt-br/publicacoes-legais. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 02 de maio de 2024, contendo parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sem conter qualquer modificação a esse respeito.
BDO RCS
Audidores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1
Celso Luiz da Costa Lobo
Contador - CRC 1 SP 251526/O-6



TENENGE ENGENHARIA LTDA.
CNPJ nº 15.122.275/0001-75

Avenida das Nações Unidas, 14.401 - 4º andar - Conjuntos 41, 42, 43 e 44
Edifício B1 - Aroeira, Vila Gertrudes, São Paulo, CEP 04794-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Sócios: Agradecemos a confiança e o apoio dos Senhores Sócios, bem como a dedicação e o empenho de todos, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Atenciosamente, Tenenge Engenharia Ltda. São Paulo, 02 de maio de 2024

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	68.296	36.181
Contas a receber de clientes	7	37.431	47.391
Adiantamentos a fornecedores	13 (b)	1.454	697
Impostos e contribuições a recuperar	8	4.899	9.088
Estoques	9	3.916	4.343
Despesas antecipadas		496	647
Outros ativos		7.004	334
		123.496	98.681
Não circulante			
Sociedades do Grupo	10 (a)	87.773	104.121
Outras contas a receber com partes relacionadas	10 (b)	116.838	116.838
Contas a receber de clientes	7	255	—
Outros ativos		18	—
		204.884	220.959
Imobilizado			
	11	8.906	10.161
		213.790	231.120
Total do ativo		337.286	329.801
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Emprestimos e financiamentos	12	—	116
Fornecedores	13 (a)	39.772	47.976
Adiantamentos recebidos de clientes	7	25.467	1.991
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	14	40.820	29.564
Conta-corrente consorciada		4.716	4.677
Outras contas a pagar com partes relacionadas	10 (b)	4.194	1.417
Outros passivos		2.353	61
		117.322	85.802
Não circulante			
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		208	—
		208	—
Patrimônio líquido			
Capital social	15 (a)	319.350	277.554
Prejuízos acumulados		(99.549)	(33.555)
		219.756	243.999
Total do passivo e do patrimônio líquido		337.286	329.801

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais			
	Nota	2023	2022
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços		16	286.021
Custo dos serviços prestados	17	(297.828)	(464.749)
Lucro (prejuízo) bruto			(11.807)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(50.906)	(24.152)
Outras receitas (despesas), líquidas		3.234	(53)
Prejuízo operacional			(58.679)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	18	(7.160)	(8.723)
Prejuízo do exercício			(66.039)
Prejuízo básico por quotas das operações continuadas atribuível aos sócios no final do exercício (expresso em R\$ por quota)	15 (b)	(0,238)	(0,132)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais				
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021		228.200	(3.235)	224.965
Prejuízo do exercício - R\$ (0,132) por quota do capital social		—	(30.320)	(30.320)
Transações de capital com os sócios:				
Aumento de capital	15 (a)	49.354	—	49.354
Em 31 de dezembro de 2022		277.554	(33.555)	243.999
Prejuízo do exercício - R\$ (0,238) por quota do capital social		—	(66.039)	(66.039)
Transações de capital com os sócios:				
Aumento de capital	15 (a)	41.796	—	41.796
Em 31 de dezembro de 2023		319.350	(99.549)	219.756

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Tenenge Engenharia Ltda. ("Tenenge" ou "Empresa"), com sede em São Paulo, é parte integrante do Grupo Novonor ("Grupo Novonor"), controlada pela OEC S.A. ("OECISA"). A Empresa foi constituída em 23 de setembro de 2011. A sede administrativa da Empresa está localizada na Av. Das Nações Unidas, 14.401 - 4º Andar - Conj. 41, 42, 43 e 44 - Edifício B1 - Aroeira, Vila Gertrudes, São Paulo. A Empresa tem por objeto social, no território nacional e no exterior, atividades como: (i) a prestação de serviços na área de engenharia, sendo estes: consultoria, projetos, fiscalização, pesquisa, assessoria, estudo técnico e/ou econômico, planejamento, procura, suprimentos, execução, gestão, gerenciamento, operação, exploração, produção, lavra, manutenção, conservação, conversão, reparação, instalação, ampliação e modernização, em arquitetura e urbanismo, construção civil, máquinas e equipamentos, montagem, industrial, eletromecânica, naval, mineração, inclusive, de embarcações, plataformas, gasodutos, oleodutos, dutos submarinos, ou outros meios de flutuantes e quaisquer equipamentos, seus ramos e especialistas, sob qualquer regime de contratação; (ii) a prestação de serviços de montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias; (iii) aluguel de andaimes; (iv) prestação de serviços de limpeza pública, incluindo a remoção, transporte e beneficiamento de lixo; (v) prestação de serviços gerais subaquáticos, por conta própria ou de terceiros, inclusive transporte aquaviário e navegação de apoio portuário, exclusivamente na prestação de serviços de dragagem; (vi) desenvolvimento de negócios ou participações em negócios de exploração, produção, transporte e comercialização de hidrocarbonetos; (vii) exploração de serviços públicos, precedidos ou não da execução de obras públicas, sob regime de concessão, permissão ou outro qualquer; (viii) investir, participar em licenças de exploração ou concessão de exploração ou em associações para ditos fins; (ix) a prática de outras atividades econômicas, relacionadas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, no mercado nacional e internacional, inclusive as de locação e compra e venda de materiais e equipamentos, transporte e importação e exportação, incluindo, mas sem se limitar, à importação e exportação de medicamentos, sementes e mudas; (x) participação em consórcios ou em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionistas; (xi) serviços combinados de escritório e apoio administrativo; e (xii) a prática de atividade médica ambulatorial restrita e

DIRETORIA
Maurício Cruz Lopes Ricardo Luis Machado Weyll

CONTADOR
Adriano de Oliveira - CRC 1SP 255316/O-7 - CPF 180.224.338-02

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia e foram publicados eletronicamente no website <https://www.diariocomercial.com.br/publicidade-legal> e no portal de relacionamento com os investidores www.oec-eng.com/pt-br/publicacoes-legais. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 02 de maio de 2024, sem modificações

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia

Este documento foi assinado digitalmente por JORNAL DIÁRIO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 33.270.067/0001-03. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código BF51-0D2F-3D73-A42D.

QUEDA DE 21%

Volkswagen surpreende em lucro no 1º trimestre, mas produção e vendas recuam

A Volkswagen divulgou na terça-feira, 30, que teve lucro após impostos de 3,71 bilhões de euros no primeiro trimestre de 2024, o que representa uma queda de 21,6% ante os 4,73 bilhões de euros apurados em igual período do ano passado. O resultado superou a expectativa de analistas consultados pela FactSet, que previam lucro de 3,34 bilhões de euros entre janeiro e março.

As vendas da montadora alemã tiveram queda anual de 2,0% no trimestre, a 2,081 milhões de veículos, enquanto as entregas avançaram 3,1%. Por outro lado, a produção trimestral caiu 0,3% ante um ano antes, a 2,266 milhões de unidades.

Já a receita foi de 75,46 bilhões de euros no primeiro trimestre de 2024, uma queda em comparação com os 76,2 bilhões de euros apurados

em igual trimestre do ano passado. Neste caso, a expectativa da Factset era de 74,62 bilhões de euros.

O Atlas Cross Sport 2024 foi nomeado para a lista dos 10 melhores interiores e UX do Wards em 2024. "Existem muitos SUVs médios de 2 fileiras por aí, mas o VW Atlas Cross Sport se diferencia com um interior elegante e organizado que é espaçoso, confortável e prático, mas também decididamente sofisticado", disse o juiz de Wards, Drew Winter, sobre o prêmio de US\$ 52.795.

O juiz Jim Irwin acrescentou que a tecnologia IQ.DRIVE® no Atlas Cross Sport é um dos pacotes ADAS mais abrangentes que existem. "Este é um veículo moderno que oferece um valor extraordinário e recompensa o condutor - até ao lembrete para não sair sem o telemóvel."

A competição anual Wards

10 Best Interiors & UX avalia interiores de veículos novos ou fortemente redesenhados e tecnologia de experiência do usuário, com pontuação baseada em uma variedade de métricas, incluindo design e estética, conforto, materiais, ajuste e acabamento, conectividade e entretenimento, displays e controles, bem como sistemas avançados de assistência ao motorista e valor.

Para a premiação de 2024, foram avaliados 25 veículos, com outros vencedores incluindo o Buick Envista Avenir, Chevy Blazer EV, Hyundai Kona, Hyundai Santa Fe, Kia EV9, Lincoln Nautilus, Mercedes-Benz GLC 300, Ram 1500 Tungsten e o Toyota Grand Highlander. A cerimônia de premiação dos 10 Melhores Interiores e UX do Wards 2024 será realizada em 6 de junho de 2024 durante a Auto-Tech: Detroit Conference, (4 a

6 de junho de 2024) no Suburban Collection Showplace em Novi, MI.

O Atlas Cross Sport apresenta um interior clássico da Volkswagen - limpo e funcional, com um toque premium. Embora o modelo atualizado mantenha os mesmos fundamentos dos modelos anteriores de sucesso, o interior espaçoso recebe uma grande atualização para o ano modelo de 2024. Materiais premium são adotados por toda parte, incluindo painel de toque suave com acabamento em couro sintético e console central. Os acabamentos e a decoração das portas da primeira fila fluem perfeitamente para o painel de instrumentos, criando um cockpit sofisticado; o tratamento da porta também é espelhado na segunda fila. A iluminação ambiente disponível com 30 opções de cores combina com uma inovadora deco-

ração retroiluminada do painel com o nome do modelo para elevar o novo design.

Apesar de sua postura mais curta e traseira inclinada, o Atlas Cross Sport possui espaço interior generoso para cinco adultos e carga. A altura livre é de 39,4/37,8 polegadas (primeira/segunda fila) e o espaço para as pernas é de 41,7/40,4 polegadas, respectivamente, para todos os níveis de acabamento. O Atlas Cross Sport oferece 112 pés cúbicos de volume total de passageiros. O banco traseiro padrão oferece divisão 60/40, com função de reclinção do encosto em 14 graus. O Atlas Cross Sport tem um volume máximo de carga de 77,6 pés cúbicos atrás dos bancos da primeira fila quando os bancos traseiros estão rebatidos e 40,3 pés cúbicos quando todos os bancos estão levantados.

Os bancos têm acabamento

em materiais premium, independentemente da linha de acabamento. As superfícies dos assentos em couro sintético vêm de fábrica com bancos dianteiros aquecidos e ventilados, banco do motorista com ajuste elétrico de 10 posições, banco do passageiro com altura ajustável e apoio de braço intermediário na segunda fila com portacopos integrados. Os modelos SEL adicionam uma função de memória do banco do motorista de três perfis e um banco elétrico do passageiro de oito posições. Os modelos SEL apresentam superfícies de assento de couro padrão com costura contrastante disponível e bancos externos aquecidos para a segunda fila. Os modelos SEL Premium R-Line topo de linha apresentam assentos de couro acolchoados com padrão de diamante.

PREVENÇÃO

Dengue: Brasil ultrapassa os 4 milhões de casos da doença



A Qdenga, vacina contra a dengue fabricada pela farmacêutica japonesa Takeda, foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em março de 2023.

O Brasil ultrapassou os 4 milhões de casos de dengue. No total, são 4.127.571 casos prováveis da doença, um salto de mais de um milhão de casos em relação ao dia 10 de abril, quando os registros totalizavam 3 milhões. Os dados são do Painel de Arboviroses, do Ministério da Saúde.

Os números reportados diariamente pela pasta não refletem imediatamente a realidade, já que há um intervalo até que sejam totalmente atualizados.

Quanto às mortes por dengue, 1.937 foram confirmadas e 2.345 estão sob investigação. O coeficiente de incidência da doença no país é de 2.032,7 casos para cada 100 mil pessoas.

Assim como no ano passado, a faixa etária mais atingida pela dengue é a de 20 a 29 anos. Já a faixa etária menos afetada é a de crianças menores de 1 ano, seguida das pessoas com 80 anos ou mais e por crianças de 1 a 4

anos, consecutivamente. Apesar disso, todos esses grupos tiveram aumento de mais de 100% nos casos, com destaque para o de indivíduos com 80 anos ou mais, que registrou um aumento de 203% em relação a 2023.

Os Estados com maior incidência da doença são Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina. No sentido oposto, Roraima é o menos atingido, com um coeficiente de 43,9 casos por 100 mil habitantes, seguido por Ceará e Sergipe.

Em janeiro deste ano, o Ministério da Saúde divulgou uma projeção indicando que os casos de dengue em 2024 poderiam chegar a, no máximo, 4.225.885.

Segundo especialistas, o aumento considerável de casos de dengue pode ser atribuído a medidas pouco eficazes de controle do mosquito Aedes Aegypti, o vetor da doença. As ações clássicas incluem a conscientização

sobre a eliminação dos criadouros, que, em sua maioria, estão dentro das residências, e o uso de repelentes e inseticidas.

Além disso, especialistas atribuem o ritmo atípico da epidemia ao fenômeno El Niño e às mudanças climáticas, que resultam em temperaturas elevadas e chuvas irregulares - condições ideais para a reprodução do mosquito e, consequentemente, a disseminação da doença.

Outro fator preocupante, segundo o Ministério da Saúde, é que os quatro sorotipos da dengue estão circulando simultaneamente - há anos isso não acontecia. Observa-se também uma interiorização da doença, com cidades pequenas e médias contribuindo para o aumento da curva de casos.

A eliminação de criadouros de mosquitos segue sendo uma das melhores maneiras de evitar a doença. Além disso, vale apostar em métodos fisi-

cos, como uso de roupas claras, mosquiteiros e repelentes, especialmente aqueles à base de icaridina, DEET e IR3535, que possuem duração superior em comparação a outros tipos.

A Qdenga, vacina contra a dengue fabricada pela farmacêutica japonesa Takeda, foi aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em março de 2023. Trata-se do primeiro imunizante de uso amplo contra a doença liberado no País.

Outra medida importante é a vacinação. Desde julho de 2023, a Qdenga está disponível na rede privada brasileira e, em dezembro do mesmo ano, foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS). O Brasil tornou-se o primeiro país a disponibilizar essa vacina gratuitamente no sistema público. Inicialmente, devido à disponibilidade limitada de doses, apenas crianças e adolescentes de 10 a 14 anos estão sendo vacinados.

MPM Corpóreos S.A.
CNPJ/ME nº 26.659.061/0001-59 - NIRE 35.300.498.607

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 01 de Junho de 2023

1. Data, Horário e Local: Realizada em 01 de junho de 2023, às 08h:00, por meio de videoconferência, sendo, portanto, considerada realizada na sede social da MPM Corpóreos S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do art. 16, § 4º, do Estatuto Social da Companhia, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Ygor Alessandro de Moura, e secretariados por Ana Beatriz Tiago Alves. **4. Ordem do Dia:** Reuniam-se os membros do Conselho de Administração para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) a eleição da Srta. Magali Rogéria de Moura Leite para o cargo de Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia; e (ii) a autorização dos Diretores a praticarem todos os atos necessários para efetivação da deliberação anterior. **5. Deliberações:** Analisada a matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram, por unanimidade, e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **5.1** Aprovar a eleição da Srta. Magali Rogéria de Moura Leite, brasileira, separada judicialmente, bacharel em letras, portadora da Cédula de Identidade nº 63.352.586-8 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 019.732.627-70, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiros, CEP 05419-001, na qualidade de Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia. **5.1.2** Consignar que a Srta. Magali Rogéria de Moura Leite foi ora eleita pelo restante do mandato unificado dos demais membros da Diretoria, a se encerrar na reunião do Conselho de Administração imediatamente posterior à assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **5.1.3** Consignar que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, foi informado que a Diretora ora eleita está em condições de firmar, sem qualquer ressalva, a declaração de desimpedimento mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80, de 2022, que ficará arquivada na sede da Companhia. **5.1.4** Consignar que a Diretora ora eleita será investida em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse, a ser lavrado em livro próprio da Companhia, acompanhados da declaração de desimpedimento acima mencionada, que ficará arquivado na sede da Companhia. **5.1.5** Consignar que, tendo em vista a eleição ora deliberada, a Diretoria da Companhia passa a ser composta pelos seguintes membros, com mandato unificado até a reunião do Conselho de Administração imediatamente posterior à assembleia geral ordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023: (i) Paulo Sergio de Camargo, brasileiro, casado, graduado em tecnologia da informação, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.609.850-9, inscrito no CPF sob o nº 103.708.858-13, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiros, CEP 05419-001, na qualidade de Diretor-Presidente da Companhia; (ii) Magali Rogéria de Moura Leite, brasileira, separada judicialmente, bacharel em letras, portadora da Cédula de Identidade nº 63.352.586-8 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 019.732.627-70, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiros, CEP 05419-001, na qualidade de Diretora Financeira e de Relações com Investidores da Companhia; (iii) Mariana Gama Costabile Mattar, brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 10.628.983-8 SSP/SP, inscrita no CPF/ME 080.541.737-09, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiros, CEP 05419-001, na qualidade de Diretora sem Designação Específica da Companhia; (iv) Daniela Komatsu, brasileira, casada, engenheira de computação, portadora da cédula de identidade RG nº 19.848.747-2 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 251.291.488-78, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiros, CEP 05419-001, na qualidade de Diretora sem Designação Específica da Companhia; (v) Fernanda Salas Milted, brasileira, casada, engenheira de alimentos, portadora da cédula de identidade RG nº 50.858.222-2 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 022.854.779-29, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiros, CEP 05419-001, na qualidade de Diretora sem Designação Específica da Companhia; e (vi) Bruno Neves Siqueira, brasileiro, solteiro, graduado em comunicação social, portador do RG nº 30.599.920-5, inscrito no CPF sob o nº 247.881.418-84, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1619, unidade 404, Edifício Central Park, Alto de Pinheiros, CEP 05419-001, na qualidade de Diretor sem Designação Específica da Companhia. **6.** Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários para efetivação das deliberações anteriores. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, declara o Presidente o encerramento dos trabalhos com a lavatura desta ata, que após lida, foi aprovada pelos presentes. São Paulo, 01 de junho de 2023. **Mesa:** Ygor Alessandro de Moura - Presidente; Ana Beatriz Tiago Alves - Secretária. **Conselheiros Presentes:** Ygor Alessandro de Moura; Paulo José Iász de Moraes; Julio Andres Babecki; Farah Deeba Khan; Fábio de Barros Pinheiro; Francisco Javier Moltó Martínez; José Carlos Semenzato; Sílvia de Souza Leão Wanderley. **JUCESP** nº 250.859/23-3 em 23/06/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Aegea Saneamento e Participações S.A.
CNPJ/ME nº 08.827.501/0001-58 - NIRE 35.300.435.613 (Companhia Aberta)

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 17 de abril de 2024

Aos 17/04/2024, às 14h, na sede social, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo; Secretário: Sr. André Pires de Oliveira Dias. **Deliberações Unânimemente:** (i) recomendar aos acionistas a aprovação das contas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, como das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, do parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e relatório dos auditores independentes, ora publicados no Jornal "Diário Comercial/SP", em suas edições impressas e digitais, no dia 22/03/2024; (ii) recomendar aos acionistas a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor total de R\$ 581.533.098,94, sendo: a) R\$ 29.076.654,95, à Conta de Reserva Legal; b) R\$ 292.870.371,99, à Conta de Dividendos, os quais foram pagos durante o exercício de 2023; e c) R\$ 259.586.072,00, à Conta de Dividendos Adicionais Propostos, dos quais R\$ 219.882.479,74 já foram pagos no decorrer de fevereiro e março de 2024; Sendo assim, em relação ao saldo remanescente da Conta de Dividendos Adicionais Propostos no montante de R\$ 39.703.592,26, recomendar aos acionistas a declaração e distribuição da totalidade desse montante como dividendos, a serem pagos aos atuais acionistas conforme determinado no Estatuto Social da Companhia, sendo (a) R\$ 21.201.729,20 aos acionistas detentores de ações ordinárias, a saber: (a.1) R\$ 14.994.377,19 à Equipav Saneamento S.A.; (a.2) R\$ 4.044.775,64 ao Angelo Investment Private Limited; e (a.3) R\$ 2.162.576,37 à Itaúsa S.A.; (b) R\$ 9.250.931,53 aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "A", a saber: (b.1) R\$ 3.344.093,52 à Equipav Saneamento S.A.; e (b.2) R\$ 6.906.838,01 ao Angelo Investment Private Limited; e (c) R\$ 9.250.931,53 aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "D", a saber: (c.1) R\$ 28.819,11 à Equipav Saneamento S.A.; (c.2) R\$ 6.023.883,84 ao Angelo Investment Private Limited; e (c.3) R\$ 3.198.228,58 à Itaúsa S.A.; (iii) recomendar aos acionistas a fixação da remuneração global anual da administração da Companhia para o exercício de 2024 em até R\$ 72.400.000,00, a ser rateada de comum acordo; e (iv) aprovar a Proposta de Administração que será disponibilizada aos acionistas juntamente com toda a documentação pertinente nos termos da legislação aplicável, para deliberação na AGO das matérias descritas nos itens acima. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 17/04/2024. **Mesa:** Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo - Presidente; André Pires de Oliveira Dias - Secretário. **JUCESP** nº 189.527/24-9 em 25/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Aegea Saneamento e Participações S.A.
CNPJ/ME nº 08.827.501/0001-58 - NIRE 35.300.435.613 (Companhia Aberta)

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 18 de abril de 2024

Aos 18/04/2024, às 09h, na sede social, com a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Mesa:** Presidente: Sr. Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo; Secretário: Sr. André Pires de Oliveira Dias. **Deliberações Unânimemente:** (i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas do relatório da administração, do parecer do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças e do relatório sem ressalvas emitido pelos auditores independentes, ora publicados no Jornal "Diário Comercial/SP", em suas versões impressas e digital, no dia 22/03/2024; (ii) aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor total de R\$ 581.533.098,94, sendo: a) R\$ 29.076.654,95, à Conta de Reserva Legal; b) R\$ 292.870.371,99, à Conta de Dividendos, os quais foram pagos durante o exercício de 2023; e c) R\$ 259.586.072,00, à Conta de Dividendos Adicionais Propostos, dos quais R\$ 219.882.479,74 já foram pagos no decorrer de fevereiro e março de 2024; Sendo assim, em relação ao saldo remanescente da Conta de Dividendos Adicionais Propostos no montante de R\$ 39.703.592,26, os acionistas decidiram declarar e distribuir a totalidade desse montante como dividendos, a serem pagos aos atuais acionistas conforme determinado no Estatuto Social da Companhia, sendo (a) R\$ 21.201.729,20 aos acionistas detentores de ações ordinárias, a saber: (a.1) R\$ 14.994.377,19 à Equipav Saneamento S.A.; (a.2) R\$ 4.044.775,64 ao Angelo Investment Private Limited; e (a.3) R\$ 2.162.576,37 à Itaúsa S.A.; (b) R\$ 9.250.931,53 aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "A", a saber: (b.1) R\$ 3.344.093,52 à Equipav Saneamento S.A.; e (b.2) R\$ 6.906.838,01 ao Angelo Investment Private Limited; e (c) R\$ 9.250.931,53 aos acionistas detentores de ações preferenciais classe "D", a saber: (c.1) R\$ 28.819,11 à Equipav Saneamento S.A.; (c.2) R\$ 6.023.883,84 ao Angelo Investment Private Limited; e (c.3) R\$ 3.198.228,58 à Itaúsa S.A.; (iii) aprovar a reeleição dos seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, com prazo de mandato de 01 ano, conforme termos de posse anexos à presente ata ("Anexo I"): a) Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo, RG nº 15.852.994-7 (SSP/SP), CPF/ME nº 102.278.678-40, com endereço comercial na sede da Companhia, indicado pela acionista Equipav Saneamento S.A., como Presidente do Conselho de Administração da Companhia; b) Harley Lorenz Scardovelli, RG nº 3002593238 (SSP/RS), CPF/ME nº 447.421.500-15, com endereço comercial na sede da Companhia, indicado pela acionista Equipav Saneamento S.A., como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; c) Antônio Kandir, RG nº 4.866.700-6 (SSP/SP), CPF/ME nº 146.229.631-91, com endereço comercial na sede da Companhia, indicado pela acionista Equipav Saneamento S.A., como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; d) Eliane Aleixo Lustosa de Andrade, RG nº 044457224 (SSP-RJ), CPF/ME nº 783.519.367-15, com endereço comercial na sede da Companhia, indicada pela acionista Equipav Saneamento S.A., como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; e) Luis Serafim Spínola Santos, CI nº 2081890 (SP/RJ), CPF/ME nº 093.068.627-68, com endereço comercial na sede da Companhia, indicado pelos acionistas Angelo Investment Private Limited e Itaúsa S.A., como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; f) Ronald Schaffer, RG nº 7.899.195 (SSP/SP), CPF/ME nº 110.353.118-28, com endereço comercial na sede da Companhia, indicado pela acionista Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; g) Rodolfo Villela Marino, RG nº 15.111.116-9 (SSP/SP), CPF/ME nº 271.943.018-81, com endereço comercial na sede da Companhia, indicado pela acionista Itaúsa S.A., como membro do Conselho de Administração da Companhia; h) Guilherme Teixeira Caixeta, CI nº M-81.36.116, CPF/ME nº 034.763.946-11, com endereço comercial na sede da Companhia, indicado pela acionista Angelo Investment Private Limited, como membro do Conselho de Administração da Companhia; e i) Carlos de Moraes Toledo Neto, RG nº 33.799.644-1 (SSP/SP), CPF/ME nº 225.652.038-29, com endereço comercial na sede da Companhia, indicado pela acionista Equipav Saneamento S.A., como membro do Conselho de Administração da Companhia. (iv) aprovar a fixação da remuneração global anual dos membros da administração da Companhia para o exercício de 2024 em até R\$ 72.400.000,00, a ser rateada de comum acordo. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo/SP, 18/04/2024. **Mesa:** Luis Vital de Sousa Ramos Vettorazzo - Presidente; André Pires de Oliveira Dias - Secretário. **JUCESP** nº 190.353/24-7 em 25/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Nilco Controle e Participação S.A.

CNPJ/MF nº 52.646.898/0001-73

Relatório da Administração. Senhores Acionistas, A Administração da Nilco Controle e Participação S.A. ("Nilco") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2023. **Operacionalização da Companhia:** A Companhia, atuando no seu papel de Holding, iniciou suas atividades em 2023 com a intenção de aquisição de Instituição Financeira em 2024 planejada pelos sócios. As operações da empresa adquirida já iniciaram em 2024 (sendo tratado como eventos subsequentes) na qual a Nilco 1 Adquiriu a Magnetis Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qual teve sua razão social alterada para Nilco Distribuidora de Títulos e Valores Ltda em abril de 2024. Rio de Janeiro, 29/04/2024.

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Receitas (despesas) operacionais	(1)
Receita de Prestação de Serviços	-
Despesas administrativas	(1)
Despesas tributárias	-
Resultado de participações em controladas	-
Resultado operacional	(1)
Resultado Não Operacional	-
Resultado líquido do exercício	(1)

Demonstração do Fluxo de Caixa Em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Resultado do exercício	(1)
Ajustes ao resultado	-
Resultado ajustado do exercício	(1)
Atividades operacionais	-
Outros créditos	(20)
Outras obrigações	1
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades operacionais	(20)
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de investimento	(20)
Atividades de financiamento	-
Aumento de capital	20
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de financiamento	20
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	0

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Ativo	
Circulante	20
Disponibilidade	-
Outros créditos	20
Diversos	-
Permanente	-
Investimentos	-
Participação em controladas	-
Imobilizado	-
Imobilizado de uso	-
(-) Depreciações acumuladas	-
Total do ativo	20

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Passivo	
Circulante	1
Obrigações por empréstimos e repasses	-
Outras obrigações	-
Diversos	-
Total do Passivo	1
Patrimônio líquido	19
Patrimônio líquido	19
Capital social - domiciliados no país	20
Lucros (Prejuízos) acumulados	(1)
Dividendos	-
Total do passivo e patrimônio líquido	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social				
	Inte-gral-za-do	gral-izar	Total	Distribuição de Resulta-dos	Resultado acumulado
Saldos em 31/12/2022	-	-	-	-	-
Aporte de Capital	20	-	20	-	20
Resultado do Exercício	-	-	-	(1)	(1)
Saldos em 31/12/2023	20	-	20	-	(1)
Mutações do exercício	20	-	20	-	(1)

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Resultado do exercício	(1)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente	(1)

funcionar pelo Banco Central do Brasil. A companhia está sediada no endereço Rua Lopes Quintas, 177 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ. **2. Principais Práticas Contábeis.** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) do Brasil, sendo: a) As demonstrações contábeis da Nilco foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, normas de contabilidade e com o Regulamento do Imposto de Renda. b) O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados pelo regime de Lucro Presumido. c) Os saldos realizáveis e exigíveis até 360 dias foram registrados no grupo circulante. d) A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29/04/2024. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Estas demonstrações financeiras

estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria.
Alexandre Violante da Silva Filho - Contador - CRC-RJ - 133940/O-4

Nilco Controle e Participação 2 S.A.

CNPJ/MF nº 53.283.678/0001-95

Relatório da Administração. Senhores Acionistas, A Administração da Nilco Controle e Participação 2 S.A. ("Nilco 2" ou Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2023. **Desempenho Operacional:** A Companhia, atuando no seu papel de Holding, iniciou suas atividades em 2023 com a aquisição de uma Instituição Não-Financeira a partir da cisão da Holding "O10 Participações S.A.". A Holding adquirida já estava em operação e a mesma investe em um grupo de empresas outras desde 2021. Dentre elas há uma Instituição Financeira, Gestoras de Recursos, Consultoria de Educação e empresa de Tecnologia, como investimentos mais relevantes. Rio de Janeiro, 29/04/2024

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Receitas (despesas) operacionais	(7.171)
Receita de Prestação de Serviços	-
Despesas administrativas	(1)
Despesas tributárias	-
Resultado de participações em controladas	(7.170)
Resultado operacional	(7.170)
Resultado Não Operacional	-
Resultado líquido do exercício	(7.171)

Demonstração do Fluxo de Caixa Em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Resultado do exercício	(7.171)
Ajustes ao resultado	6.975
Resultado de equivalência patrimonial	6.975
Resultado ajustado do exercício	(196)
Atividades operacionais	-
Outros créditos	196
Outras obrigações	-
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades operacionais	0
Atividades de investimento	-
Aquisição de Investimento em Participações	(17.669)
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de investimento	(17.669)
Atividades de financiamento	-
Aumento de capital	17.669
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades de financiamento	17.669
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	0

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Ativo	
Circulante	196
Disponibilidade	-
Outros créditos	196
Diversos	-
Permanente	10.694
Investimentos	10.694
Participação em controladas	10.694
Imobilizado	-
Imobilizado de uso	-
Total do ativo	10.694

Balanco patrimonial Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Passivo	
Circulante	196
Obrigações por empréstimos e repasses	-
Outras obrigações	196
Diversos	-
Total do Passivo	196
Patrimônio líquido	10.498
Patrimônio líquido	10.498
Capital social - domiciliados no país	17.669
Lucros (Prejuízos) acumulados	(7.171)
Total do passivo e patrimônio líquido	10.694

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social				
	Inte-gral-za-do	gral-izar	Total	Distribuição de Resulta-dos	Resultado acumulado
Saldos em 31/12/2022	-	-	-	-	-
Aporte de Capital	17.669	-	17.669	-	17.669
Resultado do Exercício	-	-	-	(7.171)	(7.171)
Saldos em 31/12/2023	17.669	-	17.669	-	(7.171)
Mutações do exercício	17.669	-	17.669	-	(7.171)

Demonstração do Resultado Em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023
Resultado do exercício	(7.171)
Outros resultados abrangentes	-
Total do resultado abrangente	(7.171)

panhia está sediada no endereço Rua Lopes Quintas, 177 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ. A seguir está demonstrada a lista das subsidiárias:

	Participação acionária %
2023	100%
2022	-

panhia está sediada no endereço Rua Lopes Quintas, 177 – Jardim Botânico, Rio de Janeiro – RJ. A seguir está demonstrada a lista das subsidiárias:

A Diretoria.
Alexandre Violante da Silva Filho - Contador - CRC-RJ - 133940/O-4

HOSPITAIS INTEGRADOS DA GÁVEA S.A.

CNPJ/ME nº 31.635.857/0001-01

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023		2022	
Ativo				
Ativo circulante	1.176.645	834.689	1.620.505	1.313.026
Caixa e equivalentes de caixa	10.723	-	-	1.393
Títulos e valores mobiliários	103.263	91.826	207.283	142.646
Contas a receber	761.632	418.056	1.236.989	1.008.516
Estoques	38.622	32.635	77.506	95.265
Impostos a recuperar	34.581	30.860	61.530	50.983
Debêntures a receber	-	-	22.775	1.082
Outros	227.824	261.312	14.422	13.141
Ativo não circulante	2.972.573	2.913.025	3.822.646	3.738.147
Debêntures a receber	-	-	-	70.000
Depósitos judiciais	12.475	6.080	29.412	16.805
Imposto de renda e contribuição social diferido	21.139	110.320	175.719	205.842
Investimentos	429.294	764.698	-	-
Imobilizado	699.046	485.630	1.123.969	912.485
Direito de uso - arrendamento mercantil	316.296	300.115	494.499	520.509
Intangível	1.479.992	1.229.333	1.972.036	1.971.794
Outros	14.331	16.849	27.011	40.712
Total do ativo	4.149.218	3.747.714	5.443.151	5.051.173

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023		2022	
Passivo				
Passivo circulante	234.437	210.226	499.681	477.195
Fornecedores	56.801	46.933	117.170	127.119
Empréstimos e financiamentos	-	-	664	3.001
Debêntures	-	-	56.612	1.082
Salários, prov. e encargos sociais	43.314	25.031	106.522	96.221
Obrigações fiscais	14.821	17.614	69.577	66.199
Tributos parcelados	9.272	9.836	28.375	31.745
Partes relacionadas	-	-	-	-
Contas a pagar por aquisições	70.026	43.842	72.178	43.842
Dividendos	377	461	378	462
Arrendamentos	36.777	64.653	41.947	96.517
Conta garantia	-	-	-	-
Outros	3.049	1.856	6.258	11.007
Passivo não circulante	636.088	634.501	1.653.001	1.640.401
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	663
Debêntures	-	-	-	70.095
Contas a pagar por aquisições	177.880	182.444	185.880	191.424
Tributos parcelados	55.610	56.594	127.514	136.549
Partes relacionadas	83.704	76.182	226.989	151.561
IR e contribuição social diferidos	-	56.628	44.727	67.403
Provisão para contingências	2.207	(297)	37.302	31.921
Arrendamentos	316.687	262.950	499.638	457.905
Outros	-	-	530.951	532.880
Patrimônio líquido	3.278.693	2.902.987	3.290.469	2.933.577
Capital social	3.568.641	1.230.948	3.568.641	1.230.948
Reservas de capital	(538.501)	(538.676)	(538.501)	(538.676)
Ações em tesouraria	(316)	-	(316)	-
Reserva de lucros	54.212	(16.374)	54.212	(16.374)
Outros Resultados abrangentes	(2.537)	-	(2.537)	-
Adiant. p/futuro aum. de capital	194.023	2.226.345	194.023	2.226.345
Total do patrimônio líquido	3.275.522	2.902.243	3.275.522	2.902.243
Particip. de não controladores	3.171	744	14.947	31.334
Total do passivo e patr. líquido	4.149.218	3.747.714	5.443.151	5.051.173

Demonstrações Financeiras do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/ME nº 60.444.437/0001-46 NIRE nº 33.300.106.448
Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 20ª (Vigésima) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie Quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora"), realizada em segunda convocação, em 24 de novembro de 2023, às 15 horas suspensa nesta data para reabertura em 16 de janeiro de 2024, às 15 horas suspensa nesta data para reabertura em 05 de março de 2024, às 15 horas. Data, hora e local: Assembleia Geral de Debenturistas realizada aos 05 (cinco) dias do mês de março de 2024, às 15 (quinze) horas, de forma exclusivamente digital, com realização de vídeo conferência online através do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Assembleia" ou "AGD"), cujo link de acesso da plataforma foi disponibilizado pelo Agente Fidejussório, conforme Anexo I, habilitados nos termos do Edital de Convocação (conforme definido abaixo) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81 da CVM"), considerando-se realizada para fins de registro na sede da Emissora, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro. **Convocação:** Os Editais de Convocação foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Diário Comercial impresso e digital" nas suas edições de 06, 07 e 08 de novembro de 2023 ("Editais de Convocação"), conforme disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e nas cláusulas 9.1.5 e 9.1.6 do Instrumento Particular de Escritura da 20ª (Vigésima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A.", conforme aditado ("Escritura de Emissão", "Debêntures" e "20ª Emissão"). **Presença:** (i) representante(s) dos titulares das debêntures da 20ª Emissão ("Debenturistas") representando 6,63% (seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, sendo excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria e/ou canceladas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por suas respectivas controladas; e (b) as de titularidade de acionistas controladores (ou grupo de controle), direta ou indiretamente, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas; e administradores da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau e (ii) representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da 20ª Emissão ("Agente Fidejussório"). **Composição da Mesa:** Presidente Sra. Lucimara Fasolin Saito e Secretária Sra. Andréia Marques Ramos. **Ordem do Dia:** Examinar e deliberar as seguintes matérias: **1)** Ratificação das eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fidejussório, na defesa dos interesses dos Debenturistas, na RJ; e **2)** Aprovação da orientação de voto elaborada pelo assessor legal e circulada aos Debenturistas com no mínimo 3(três) dias úteis de antecedência da deliberação na AGD, através de solicitação realizada pelos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br para que o assessor legal possa votar em conformidade com esta AGD na assembleia de credores da RJ ("AGC") em representação aos Debenturistas; **3)** Autorização para que o assessor legal, possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, caso necessário; **4)** Aprovação e definição, dos limites e critérios para eventuais ajustes ao PLRJ deliberado conforme item 2) acima, que venham a ser implementados durante a AGC conforme orientação a ser disponibilizada pelo assessor legal em até 3(três) dias úteis antes da AGC através da solicitação dos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br; **5)** Aprovação para que o Agente Fidejussório e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; e **6)** Aprovação para suspensão dos itens desta AGD, para reabertura e deliberação em data a ser indicada pelo assessor legal, em caso de orientação deste a ser disponibilizada pelo assessor legal em até 3(três) dias úteis antes da AGD através da solicitação dos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br. **Deliberações:** Tendo em vista a presença 6,63% (seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, a presente AGD foi instalada validamente nos termos da cláusula 9.2.1 da Escritura de Emissão, e os debenturistas presentes deliberaram da seguinte forma os itens da Ordem do Dia: **Quanto ao item 1) da Ordem do Dia:** 6,55% (seis inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a ratificação de eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fidejussório, 0,09% (nove centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 2) da Ordem do Dia:** 5,31% (cinco inteiros e trinta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram que o assessor legal possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 90 (noventa) dias, 0,05% (cinco centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, reprovaram o presente item de Ordem do Dia. Não houve votos pela abstenção do

presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 4) da Ordem do Dia:** 5,21% (cinco inteiros e vinte e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, não aprovam a definição de limites para o PLRJ, 1,42% (um inteiro e quarenta e dois centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovam a definição de limites para o PLRJ, 0,01% (um centésimo por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 5) da Ordem do Dia:** 6,63% (seis inteiros e sessenta e três centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram que o Agente Fidejussório e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações. Não houve votos pela reprovção nem abstenções em relação ao presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,05% (cinco centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, reprovaram o presente item de Ordem do Dia. Não houve votos pela abstenção do presente item da Ordem do Dia. **Consignações:** O Agente Fidejussório informa que diante da falta de alcance do quórum mínimo indicado na cláusula 9.4.1 na Escritura de Emissão para deliberação (aprovação/rejeição) dos itens elencados na Ordem do Dia, o voto a ser levado na AGC de 21 de março de 2024 refletirá o corrido, de forma que em representação da comunidade dos Debenturistas, o Agente Fidejussório votará em AGC pela abstenção em decorrência da falta de quórum mínimo em sede de AGD. Este voto, leva em consideração o que o escopo de atendimento do agente fiduciário, é de representante da vontade comum, não lhe cabendo manifestar vontade ou exercer juízos de valor acerca das deliberações propostas conforme disposto na cláusula 9.1.8 e seguintes da Escritura de Emissão, bem como o que determina o artigo 11, inciso XVII da Resolução da CVM nº 17, e ainda; sendo certo que a votação pela aprovação ou rejeição do plano de RJ envolve questões econômicas e negociais que devem ser avaliadas individualmente e de acordo com a característica de cada Debenturista por isso somente devem ser exercidas pelos próprios quando a comunidade não alcança uma decisão. Ainda, o Sr. Adalberto Rocha Machado, inscrito no CPF nº 235.530.227-87, que autoriza a publicação destas informações em ata declara que buscará seu crédito de forma individualizada, adotando em nome próprio as medidas judiciais e/ou administrativas que entender cabíveis. O Banco do Brasil S.A (BB), titular de debêntures da 20ª Emissão (LIGHB0), que autoriza a publicação destas informações em ata, optou por individualizar seus créditos. Adotará em nome próprio (autorrepresentação), de forma isolada, as medidas judiciais e/ou administrativas que entender adequadas à defesa de seus interesses. Desta forma, exercerá a individualização dos direitos de voz, voto e representação no âmbito da Recuperação Judicial em comento. Esclarece ainda o BB que, considerando a pendência de apreciação do requerimento de individualização (autorrepresentação) do crédito detido, enquanto não houver decisão judicial nesse sentido, ou na hipótese de indeferimento judicial do pleito a ser formalizado pelo BB nesse sentido, será mantida a legitimidade e responsabilidade do Agente Fidejussório na defesa dos interesses jurídicos do BB, de forma coletiva com os demais debenturistas, nos termos do artigo 68 da Lei nº 6.404/76. Os termos iniciados em maiúsculas utilizados, mas não definidos nesta ata da AGD, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado (i) o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil ou (ii) outro meio de comprovação da auditoria e integridade do documento em forma eletrônica, desde que admitido como válido pelas partes ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento, conforme admitido pelo art. 10 e seus parágrafos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, em vigor no Brasil, reconhecendo a forma de contratação em meio eletrônico, digital e informático como válida e plenamente eficaz. A listagem de Debenturistas utilizada para computo do quórum da presente AGD foi disponibilizada pela B3 em 04 de março de 2024. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a AGD, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela Presidente, pela Secretária, e pelo Agente Fidejussório. A Presidente da mesa, nos termos do artigo 76, parágrafo 2º da Resolução 81 da CVM, registra a presença dos Debenturistas presentes, de forma que serão dispensadas suas respectivas assinaturas ao final desta ata. Rio de Janeiro, 05 de março de 2024. **Mesa:** Nome: Lucimara Fasolin Saito - Presidente - CPF: 302.412.368-78 - e-mail: lucimarasaito@bb.com.br; Nome: Andréia Marques Ramos - Secretária - CPF: 136.158.737-77 - e-mail:aramos@pentagonotrustee.com.br. **Agente Fidejussório:** Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Representado por: Andréia Marques Ramos, CPF:136.158.737-77. e-mail:aramos@pentagonotrustee.com.br. **(Anexo I à Ata de Assembleia Geral de Debenturistas 20ª (Vigésima) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie Quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora"), realizada em segunda convocação, em 24 de novembro de 2023, às 15 horas, suspensa nesta data para reabertura em 16 de janeiro de 2024, às 15 horas suspensa nesta data para reabertura em 05 de março de 2024, às 15 horas. Link para participação da Assembleia:** https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_NTI2M2DBmMwIIMzNHC00MGyLTHiMDYtYWZlYjZmDllyWVvk%40h_read.v2/0?context=%7b%22id%22%3a%222abc5717c-2997-412a-9ba7-a19b0984e853%22%2c%22oid%22%3a%2284326fac-429f-4d0b-a288-b1bab9b758c%22%7d. Arquivado na Jucejra nº 6167263 em 05/04/2024. Gabriel Oliveira de Souza Vói - Secretário Geral.

OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 29.980.141/0001-08 - NIRE 33.3.0033158-1

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A. Nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), ficam os titulares das debêntures em circulação da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A. ("Debenturistas" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula Nona do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A.", celebrado em 25 de agosto de 2022, entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fidejussório") e a Calnav Locações de Embarcações Ltda. ("Fiadora"), conforme aditado de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), convocados para se reunirem em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada exclusivamente de forma digital e remota, em primeira convocação, no dia 22 de maio de 2024, às 10:00 horas, por meio da plataforma Microsoft Teams, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("Assembleia"): **(I)** aprovar a ratificação do entendimento manifestado pelas partes presentes à Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 11 de outubro de 2023 ("AGD 2023"), que previu a definição de "Período de Renúncia" que constou da ata da AGD 2023 como o período relativo às Datas de Verificação (conforme definido na Escritura de Emissão) compreendidas entre outubro de 2023 (inclusive) e fevereiro de 2024 (inclusive), no sentido de que tais Datas de Verificação referem-se aos fluxos de depósitos compreendidos entre tais meses, quais sejam, as verificações a partir do fluxo de outubro, verificado em 10 de novembro de 2023 (inclusive) até o fluxo de fevereiro, verificado em 11 de março de 2024 (inclusive), nos termos da Cláusula 4.4.1 do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Contas Vinculadas em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 20 de setembro de 2022 entre a Emissora e o Agente Fidejussório, conforme aditado de tempos em tempos ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e **(II)** aprovar a autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fidejussório e com a Fiadora, para realização de todos os atos necessários à implementação das deliberações previstas no item acima. A documentação relativa à Ordem do Dia estará à disposição na sede da Emissora, bem como nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da Emissora (www.oceanica.com.br/investidores), e do Agente Fidejussório (www.pentagonotrustee.com.br), para exame pelos Senhores Debenturistas. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora (por meio do e-mail ri@oceanica.com.br) e/ou ao Agente Fidejussório (por meio do e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br). O Senhor debenturista poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fidejussório, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis antes da realização da Assembleia. O modelo e instruções de preenchimento da manifestação de voto por cada debenturista pode ser encontrado na Proposta da Administração referente à Assembleia ("Proposta da Administração") disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Emissora (www.oceanica.com.br/investidores), acompanhado das instruções de preenchimento e as formalidades necessárias para sua validade. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, por meio do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Debenturistas que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para ri@oceanica.com.br e ao Agente Fidejussório para assembleias@pentagonotrustee.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: **(a)** quando pessoa física, documento de identidade; **(b)** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação dos Debenturistas; **(c)** quando fundo de investimento, versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e documento de identidade válido com foto do representante legal; e **(d)** quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. O instrumento de representação referido no item "(d)" acima deve ser enviado (a) se assinado digitalmente, em formato eletrônico com certificado digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil; ou (b) se assinado fisicamente, cópia simples em formato .pdf, acompanhada de cópia do documento de identidade do outorgante. A Emissora dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para os escritórios da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos. O link para a participação da videoconferência será enviado apenas aos Debenturistas que enviarem, prévia e diretamente ao Agente Fidejussório e à Emissora, os documentos de representação acima indicados. Os Debenturistas que participarem via instrução de voto a distância ou por meio do sistema eletrônico serão considerados presentes à Assembleia e assinantes da ata. Os debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da Assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia por meio de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no artigo 75, §1º, da Resolução CVM 81. Esclarecimentos adicionais e o detalhamento das orientações gerais com relação ao procedimento adotado para a Assembleia serão disponibilizados na Proposta da Administração. Os termos em letras maiúsculas que não se encontrem aqui expressamente definidos, terão os significados que lhes são atribuídos na Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária. Rio de Janeiro, 1º de maio de 2024. **OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.**

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/ME nº 60.444.437/0001-46 NIRE nº 33.300.106.448
Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 19ª (décima nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, para distribuição pública com esforços restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora"), realizada em Segunda Convocação, em 24 de novembro de 2023, às 11 horas suspensa nesta data para reabertura em 16 de janeiro de 2024, às 11 horas. Data, Hora e Local: Assembleia Geral de Debenturistas realizada aos 05 (cinco) dias do mês de março de 2024, às 11 (onze) horas, de forma exclusivamente digital, com realização de vídeo conferência online através do sistema eletrônico Microsoft Teams ("Assembleia" ou "AGD") cujo link de acesso da plataforma foi disponibilizado pelo Agente Fidejussório, conforme Anexo I, habilitados nos termos do Edital de Convocação (conforme definido abaixo) e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução 81 da CVM"), considerando-se realizada para fins de registro na sede da Emissora, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, Centro. **Convocação:** Os Editais de Convocação foram publicados nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Diário Comercial impresso e digital" nas suas edições de 06, 07 e 08 de novembro de 2023 ("Editais de Convocação"), conforme disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e nas cláusulas 9.1.5 e 9.1.6 do "Instrumento Particular de Escritura da 19ª (décima nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Light Serviços de Eletricidade S.A.", conforme aditado ("Escritura de Emissão", "Debêntures" e "19ª Emissão"). **Presença:** (i) representante(s) dos titulares das debêntures da 19ª Emissão ("Debenturistas") representando 7,77% (sete inteiros e setenta e sete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, sendo excluídas (a) aquelas mantidas em tesouraria e/ou canceladas pela Emissora, pela Fiadora e/ou por suas respectivas controladas; e (b) as de titularidade de acionistas controladores (ou grupo de controle), direta ou indiretamente, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau, e/ou coligadas da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas; e administradores da Emissora e/ou da Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, incluindo cônjuges e parentes até 2º (segundo) grau e (ii) representante da Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário da 19ª ("Agente Fidejussório"). **Composição da Mesa:** Presidente Sra. Lucimara Fasolin Saito e Secretária Sra. Andréia Marques Ramos. **Ordem do Dia:** Examinar e deliberar as seguintes matérias: **1)** Ratificação das eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fidejussório, na defesa dos interesses dos Debenturistas, na RJ; e **2)** Aprovação da orientação de voto elaborada pelo assessor legal e circulada aos Debenturistas com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência da deliberação na AGD, através de solicitação realizada pelos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br para que o assessor legal possa votar em conformidade com esta AGD em representação aos Debenturistas; **3)** Autorização para que o assessor legal, possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, caso necessário; **4)** Aprovação e definição, dos limites e critérios para eventuais ajustes ao PLRJ deliberado conforme item 2) acima, que venham a ser implementados durante a AGC conforme orientação a ser disponibilizada pelo assessor legal em até 3 (três) dias úteis antes da AGC através da solicitação dos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br; **5)** Aprovação para que o Agente Fidejussório e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações desta AGD; e **6)** Aprovação para suspensão dos itens desta AGD, para reabertura e deliberação em data a ser indicada pelo assessor legal, em caso de orientação deste a ser disponibilizada pelo assessor legal em até 3 (três) dias úteis antes da AGD através da solicitação dos Debenturistas ao contencioso@pentagonotrustee.com.br. **Deliberações:** Tendo em vista a presença 7,77% (sete inteiros e setenta e sete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, a presente AGD foi instalada validamente nos termos da cláusula 9.2.1 da Escritura de Emissão, e os debenturistas presentes deliberaram da seguinte forma os itens da Ordem do Dia: **Quanto ao item 1) da Ordem do Dia:** 7,37% (sete inteiros e trinta e sete centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, ratificaram eventuais medidas processuais tomadas pelo Agente Fidejussório, 0,44% (quarenta e quatro centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 2) da Ordem do Dia:** 0,11% (um centésimo por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram que o assessor legal possa votar pela suspensão da AGC pelo prazo de até 90 (noventa) dias, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da

aprovação acima. Não houve votos pela reprovção do presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 4) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, não aprovam a definição de limites para o PLRJ, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 5) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram que o Agente Fidejussório e o assessor legal, tomem todas as medidas necessárias para implementação das deliberações. Não houve votos pela reprovção nem abstenções em relação ao presente item da Ordem do Dia. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, aprovaram a suspensão de todos os itens da Ordem do Dia para reabertura em 15 de março de 2024, no mesmo horário e modalidade desta AGD, 0,18% (dezoito centésimos por cento) das Debêntures em Circulação, se absteram em relação a este item. Para fins de esclarecimento, os referidos votos são retirados da base de cálculo da aprovação/rejeição acima. **Quanto ao item 6) da Ordem do Dia:** 7,61% (sete inteiros e sessenta e um centésimos por cento) das Debêntures em Circulação,

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/BF51-0D2F-3D73-A42D> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BF51-0D2F-3D73-A42D



Hash do Documento

F2115D7D24DD2B641CA9D5D883B411F8848138F543F1CC451A831664A1BC2A14

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 30/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 30/04/2024 21:42
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

